

CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026

CONTRATANTE (UASG) 102113 - PUSP-B

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 404.815,39

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Técnica e preço

MODO DE DISPUTA:

Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

LINK:

<https://www.gov.br/compras>
<https://www.usp.br/licitacoes>



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO	7
6. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
7. DO TERMO DE CONTRATO	15
8. DOS RECURSOS	15
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19



USP – PUSP-B – PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU

CONCORRÊNCIA Nº 90201/2025 – PUSP-B

PROCESSO SEI nº 154.00003016/2026-86

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da **PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU**, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em LOTE ÚNICO, formado pelo único item do objeto, conforme tabela constante no Termo de Referência e os licitantes deverão oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto **pré-executivo** ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto **pré-executivo** ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Será permitida a participação de:

- 2.8.1 cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8.1.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 2.8.2 pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto pré-executivo e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.7.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

3.9. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 6.14.1.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:

4.1.1 Conforme Anexo III – Modelo da Proposta Técnica – preenchido.

4.2. O licitante deverá registrar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.1 **O Valor total do objeto.**

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.8.1 Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.8.2 Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 8.3 deste Edital.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

5.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 5.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.5.1 SICAF; e

5.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

5.5.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

5.5.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade CNCIAL, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

5.5.5 Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>)

5.5.6 Cadastro Estadual de Empresas Punidas CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

5.5.7 Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

5.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

5.6.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

5.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.7.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.7.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

5.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.7 e 3.5 deste edital.

5.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

5.11. Serão desclassificadas as propostas que:

- 5.11.1 contiverem vícios insanáveis;
- 5.11.2 não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 5.11.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.11.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.11.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.12. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

5.13. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas nos **anexos D - Procedimentos de avaliação e método de cálculo das notas técnica, preço e final e anexo E – Critérios de Avaliação das propostas técnicas, ambos do Termo de Referência** (art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.14. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.15. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

- 5.15.1 Cada licitante receberá uma nota por sua PROPOSTA TÉCNICA (NT), apurada conforme **anexos D – Procedimentos de avaliação e método de cálculo das notas técnicas, preço e final - e anexo E - Critérios de avaliação das propostas técnicas, ambos do Termo de Referência**.

5.16. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

5.17. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 5.17.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 5.17.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 5.17.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

5.17.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.18. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.19. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.19.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.19.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

5.19.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

5.19.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

5.19.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

5.20. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.20.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.20.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.22. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o **Anexo D - Procedimentos de avaliação e método de cálculo das notas técnica, preço e final, do Termo de Referência**



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

5.23. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com o **Anexo D - Procedimentos de avaliação e método de cálculo das notas técnica, preço e final, do Termo de Referência.**

5.24. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.2 e 5.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

5.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.25. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.25. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.25. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

5.26. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.26. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

5.26.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.26.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.26.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.26.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

5.26.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.26.2.2. empresas brasileiras;

5.26.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.26. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.27. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.28. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

5.28.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.28.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.29. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

5.30. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

5.31. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

5.32. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.33. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.34. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

5.35. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

5.36. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **20 %** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

6.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital, no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

6.5.1 Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

6.5.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

6.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

6.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

6.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

6.10.1 Conforme especificado no Termo de Referência, item “**Vistoria**”, subitens 4.5 a 4.9.

6.11. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

6.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.13.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.14. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.14.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

6.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.15.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.15.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

6.16.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.16.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.17. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

6.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.14.1.

6.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

6.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7. DO TERMO DE CONTRATO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

7.4. Os prazos dos itens 7.2 e 7.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

8.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **Portal SEI ou mediante solicitação formal via e-mail: materiais13@usp.br**

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:

9.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame.

9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

9.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

9.1.5 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:

9.2.1 Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2 Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.

9.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e

9.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

9.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2 as peculiaridades do caso concreto

9.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, §7º).
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, §9º).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: email: **materiais13@usp.br**

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **www.usp.br/licitacoes**.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.11.1 Anexo I – Material Técnico;
- 11.11.2 Anexo II – Modelo da Proposta de Preços;
- 11.11.3 Anexo III – Modelo da Proposta Técnica;
- 11.11.4 Anexo IV – Orientações sobre a retenção de imposto de renda;
- 11.11.5 Anexo V – Termo de Ciência e Notificação;
- 11.11.6 Anexo VI – Minuta do Termo de Contrato;
- 11.11.7 Anexo VII – Termo de Referência;
 - 11.11.7.1. Anexo A – Estudo Técnico Preliminar;
 - 11.11.7.2. Anexo B – Cronograma Físico Financeiro;
 - 11.11.7.3. Anexo C – Elementos da Contratação (Memorial Descritivo e Matriz de Risco);
 - 11.11.7.4. Anexo D – Procedimentos de avaliação e método de cálculo das notas técnica, preço e final
 - 11.11.7.5. Anexo E – Critérios de avaliação das propostas técnicas
 - 11.11.7.6. Anexo F – Estimativa de Custo da Fiscalização
 - 11.11.7.7. Anexo G - Link do Edital da Obra

Bauru, na data da assinatura eletrônica

Profª Drª Karin Hermana Neppelenbroek
Prefeita do *Campus* USP de Bauru



ANEXO I – MATERIAL TÉCNICO

Observação: Os arquivos dos modelos das Propostas de Preços e Técnica, estão disponibilizados gratuitamente através do link abaixo:

Link Google Drive:

[Clique aqui](#)

Ou copie e cole o link:

https://drive.google.com/drive/folders/1Scz_yUiri2Gj_yYYegeewOOffLv8dtp5

Dúvidas: consultar através do e-mail: materiais13@usp.br

**ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS****PROPOSTA COMERCIAL – LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B**
(TIMBRE DA EMPRESA)

À
PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU – PUSP-B
CNPJ: 63.025.530/0088-65

Item	Descrição	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru	R\$

VALOR TOTAL: R\$ (VALOR POR EXTENSO)

OBS: No valor total deverão estar incluídos todas as despesas operacionais, fretes, custos e taxas que vierem a incidir sobre o fornecimento ou prestação de serviços ora contratada.

DETALHAMENTO DOS VALORES PROPOSTOS

Preencher todos os campos da tabela abaixo.

Detalhamento dos Valores Propostos

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	CUSTO UNITARIO (SEM BDI)	CUSTO UNITARIO (COM BDI)	PREÇO TOTAL (COM BDI)
1	Engenheiro Civil de obra pleno com encargos complementares	HORA	1152			
2	Técnico de edificações com encargos complementares	MÊS	12			
3	Arquiteto Pleno (horista)	HORA	80			
4	Moldagem de corpos de prova (para todos os elementos de concreto)	UN	418			
5	CONTROLE TECNOLÓGICO – POR ROMPIMENTO DE CORPO DE PROVA (para todos os elementos de concreto)	UN	418			
6	“SLUMP TEST”	UN	418			
7	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - GRANULOMETRIA	ENS.	15			
8	ENSAIO DE COMPACTAÇÃO – PROCTOR NORMAL (NBR-07182)	UN	3			
9	ENSAIO DE UMIDADE NATURAL (SPEED)	UN	40			
10	Controle tecnológico de terraplanagem / pavimentação com transporte, alimentação, alocação de	dia	4			



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

	equipamentos de densidade “in situ”, com laboratoristas até 8h, até 30 km de segunda à sexta					
--	--	--	--	--	--	--

CONDIÇÕES COMERCIAIS:

Prazo de pagamento: 28 (vinte e oito) dias corridos

Prazo de entrega/execução: 365 dias corridos

Validade da proposta: 60 dias corridos

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO: BANCO DO BRASIL S.A AGÊNCIA:..... CONTA CORRENTE:.....

Declaramos total concordância com os termos do Edital relativos a prazo e local de entrega, prazo de pagamento, validade da proposta e das demais condições da presente licitação.

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

CEP:

Município:

E-mail:

Telefone:

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome:

Cargo/Função:

Documento de Identificação:

A proposta comercial ofertada, encontra-se de acordo com os termos da Portaria GR nº 8249/2023 e Resolução USP nº 8548 de 2023 disponível em: <https://leginf.usp.br/?portaria=portaria-gr-no-8249-de-12-de-dezembro-de-2023> e <https://leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-8548-de-13-de-dezembro-de-2023>

_____, _____ de _____ de 2026.
(Assinatura preferencialmente digital do responsável devidamente identificado com nome, cargo, RG e CPF)



ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA TÉCNICA

Observação: A Licitante deverá apresentar sua proposta técnica conforme este modelo, com o timbre da empresa, preenchendo todos os campos, de forma clara e sem rasuras. Maiores detalhes quanto ao preenchimento poderão ser obtidos no Anexo E do Termo de Referência contido no Edital.

PROPOSTA TÉCNICA – LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B
(timbre da empresa)

À
PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU – PUSP-B
CNPJ: 63.025.530/0088-25

Quesito 1 (nota máxima = 10 pontos, peso 1,00) — Compreensão do projeto de construção da Praça.

Com referência aos projetos para construção da Praça de Convivência e Esportes apresentados neste edital, bem como nas vistorias realizadas pela licitante, deve-se indicar se as seguintes afirmações são verdadeiras ou falsas:

Item	Afirmação	Verdadeiro	Falso
1.1	A Praça de Convivência e Esportes será construída no Campo de Futebol localizado no Complexo Poliesportivo do Campus USP de Bauru.		
1.2	A pista de atletismo existente será mantida.		
1.3	A quadra de vôlei de areia localizada ao lado do campo de futebol será demolida.		
1.4	A piscina deverá ser implantada no centro da praça.		
1.5	A praça receberá 05 novas quadras esportivas.		
1.6	O piso da quadra de tênis será de saibro.		
1.7	Prazo de execução da obra estimado é de 18 (dezoito) meses		
1.8	O Centro de Vivência será um espaço aberto e coberto.		
1.9	O paisagismo não faz parte do escopo contratado.		



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

1.10	Obra de construção de praça de esportes, envolve serviços de infraestrutura, terraplenagem, drenagem, estruturas, urbanização, instalações e demais serviços correlatos, conforme definido no Projeto Executivo		
-------------	---	--	--

Nota Importante: Observar atentamente todas as afirmações e responder considerando todos os elementos contidos no Edital.

Quesito 2 (nota máxima = 10 pontos, peso 1,00) — Compreensão do método de trabalho.

A partir da leitura dos documentos “**Elementos da Licitação**” do cronograma de trabalho e outros documentos do edital, deve-se responder *verdadeiro* ou *falso* às seguintes afirmações:

Item	Afirmação	Verdadeiro	Falso
2.1	O objeto de contratação é de uma empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru, com apoio técnico à fiscalização exercida pela Administração, não se confundindo com a execução dos serviços nem com as atribuições legais do fiscal e do gestor do contrato designados pela Administração.		
2.2	A empresa contratada para o gerenciamento da obra e apoio à Fiscalização poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.		
2.3	A Reunião inicial (entre a CONTRATADA pelo Gerenciamento e apoio à Fiscalização do Contrato pela Administração Pública CONTRATANTE) – será virtual.		
2.4	Faz parte das rotinas de apoio à Fiscalização pela CONTRATADA dos serviços de Gerenciamento a elaboração e encaminhamento de Relatórios Mensais referentes ao cumprimento das obrigações contratuais da construtora, inclusive quanto às exigências ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança do trabalho, registrando formalmente eventuais irregularidades identificadas.		
2.5	Faz parte das Rotinas de controle documental e registros técnicos o encaminhamento dos relatórios e documentos preferencialmente em meio digital, conforme diretrizes estabelecidas pela fiscalização, observando padrões de		



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

	formatação, periodicidade e canais de envio definidos no início da execução contratual.		
2.6	Faz parte das rotinas de encerramento e suporte ao recebimento da obra o apoio técnico à fiscalização da CONTRATANTE nas atividades relacionadas ao recebimento provisório e definitivo da obra, incluindo a verificação da conformidade dos serviços executados, da documentação técnica e dos registros finais.		
2.7	<p> Materiais a serem disponibilizados pela CONTRATANTE (PUSPB) à CONTRATADA:</p> <p>Equipamentos de informática e comunicação: (Computadores, Acesso à internet e meios de comunicação móvel (telefone celular ou equivalente),</p> <p>Equipamentos e instrumentos de apoio ao acompanhamento da obra: (Equipamentos para registro fotográfico e audiovisual, Instrumentos básicos de medição e verificação, tais como trenas, níveis, réguas, prumos ou equivalentes, quando necessários ao apoio à fiscalização.</p> <p>Materiais de segurança e uso pessoal: Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, Vestimentas, calçados e acessórios.</p> <p>Materiais administrativos e de apoio técnico: Materiais de escritório e insumos necessários à organização, registro e arquivamento.</p>		
2.8	<p>Compete exclusivamente à Administração, por meio de seus agentes públicos formalmente designados:</p> <p>a validação e aprovação de medições, após análise e manifestação da CONTRATADA; a emissão de determinações formais à construtora; a aprovação de soluções técnicas, alterações de projeto e reprogramações, após análise e manifestação da CONTRATADA; a aplicação de glosas, sanções e demais atos administrativos; o recebimento provisório e definitivo dos serviços e da obra.</p>		
2.9	A CONTRATADA para o Gerenciamento da obra deverá controlar a produção e o desempenho, através de visitas in loco, com produção de relatórios fotográficos e de relatório de andamentos das obras, conferir o diário de obras, planejar as projeções dos serviços a serem desenvolvidos, controlar as tarefas críticas e reavaliar os prazos das atividades		



2.10	A CONTRATADA deverá manter no canteiro de obras 01 (um) Engenheiro Civil e 01 (um) Técnico em Edificações, ambos em regime de dedicação integral à obra, durante todo o prazo contratual de 12 (doze) meses, e 01 (um) Arquiteto, em regime de dedicação não exclusiva.		
------	---	--	--

Quesito 3 (nota máxima 10 pontos, peso 1,0) — Método de coordenação e compatibilização:

A licitante deverá descrever, em texto técnico com extensão máxima de **2 (duas) páginas em formato A4**, de forma objetiva e técnica, os métodos de trabalho que serão adotados para a coordenação, compatibilização e integração dos projetos e da execução da obra, contemplando a interação com a fiscalização e a gestão contratual.

Serão considerados para fins de avaliação exclusivamente os conteúdos compreendidos dentro do limite apontado de 2 (duas) páginas em formato A4 . Qualquer texto, anexo, figura ou informação que ultrapasse as duas páginas estabelecidas será desconsiderado integralmente, não sendo objeto de análise pela Comissão Avaliadora.

O descumprimento do limite de páginas não implicará desclassificação automática da proposta, porém a avaliação será realizada apenas com base no conteúdo contido nas duas primeiras páginas apresentadas, conforme os critérios definidos para o Quesito 3.

A resposta deverá abordar, no mínimo, as seguintes questões:

1. Estratégia de coordenação técnica e integração entre agentes

- Como será estruturado o processo de coordenação entre a equipe da contratada, a construtora executora e a fiscalização da Administração?
- Quais mecanismos serão adotados para garantir alinhamento técnico, fluxo de decisões e rastreabilidade das informações?

Descrever aqui como a licitante irá abordar este tema.

2. Metodologia de compatibilização de projetos e controle de interfaces

- Quais procedimentos serão utilizados para análise, verificação e compatibilização entre projetos executivos (arquitetura, estruturas, instalações e urbanização)?
- Como serão identificados, registrados e tratados conflitos técnicos, interferências e não conformidades?

Descrever aqui como a licitante irá abordar este tema.



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

3. Gestão da comunicação técnica, registros e documentação

- Como será estruturado o fluxo de comunicação formal com a fiscalização e demais envolvidos?
- Quais instrumentos serão utilizados para controle documental, relatórios técnicos, registros fotográficos e acompanhamento das decisões?

Descrever aqui como a licitante irá abordar este tema.

4. Monitoramento da execução e suporte à fiscalização

- Como será realizada a articulação entre compatibilização de projetos, acompanhamento do cronograma físico-financeiro e controle de qualidade da obra?
- Quais métodos serão adotados para apoiar a fiscalização na análise de medições, riscos, alterações de projeto e desempenho da execução?

Descrever aqui como a licitante irá abordar este tema.

Quesito 4 – Experiência Específica de Empresa (nota máxima = 20 pontos, peso 1,5)

Deverão ser preenchidos os números das Certidões de Acervo Técnico – CATs na coluna e linha correspondente, devendo tais CATs serem anexadas, na íntegra, a esta proposta.

Item	Serviços a serem comprovados	Unidade	Mínimo aceitável	Quantidade Apresentada	Pontuação	Nº da CAT
4.1	Gerenciamento de obra de construção de Praça de Esportes.	m²	5.000 m²	m² < 5.000	0	
				5.000 ≤ m² ≤ 10.000	3	
				m² ≥ 10.000	6	
4.2	Gerenciamento de obra pública de construção civil.	m²	5.000 m²	m² < 5.000	0	
				5.000 ≤ m² ≤ 10.000	6	
				m² ≥ 10.000	8	
4.3	Gerenciamento de obra de construção civil contendo as especialidades de terraplanagem, estruturas de concreto, estruturas metálicas, hidráulica, elétrica, rede de dados, pavimentação, paisagismo.	nº de especialidades	3	n. esp < 3	0	
				3 ≤ nº esp ≤ 5	2	
				6 ≤ nº esp ≤ 7	4	
				nº esp ≥ 8	6	
Total do Quesito 4 (nota máxima)					20	***



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

Nota Importante: Observar atentamente todas as características e detalhes que devem constar nas CATs, apresentados no Anexo E do Termo de Referência contido no Edital, sob pena de perda de validade para esta avaliação.

Quesito 5 (nota máxima = 15 pontos, peso 2,0) — Experiência de cada profissional membro da equipe técnica.

Item	Especialidade Profissional	Pontuação por número de CAT			Nº da CAT
		1	2	3	
5.1	Comprovação, pelo Engenheiro Civil indicado para o Serviço de Gerenciamento da obra, de experiência em gerenciamento de obras de construção civil.	2	3	4	i. ii. iii.
5.2	Comprovação, pelo Engenheiro Civil indicado para o Serviço de Gerenciamento da obra, de experiência em gerenciamento de obras públicas de construção civil	3	4	5	i. ii. iii.
5.3	Comprovação, pelo Técnico em Edificações indicado para o Serviço de Gerenciamento da obra, de experiência em acompanhamento/fiscalização de obras de construção civil.	1	2	3	i. ii. iii.
5.4	Comprovação, pelo Arquiteto indicado, de experiência na execução de paisagismo	1	2	3	i. ii. iii.
Total do Quesito 5 (nota máxima)				15	***

- Cada *Atestado de Execução dos Serviços* submetido à avaliação da licitante deverá apresentar a respectiva *Certidão de Acervo Técnico* registrada no órgão de classe, e deverá conter as seguintes informações:
 - a) Identificação da contratante, com razão social ou nome completo, CNPJ e endereço completo;
 - b) Identificação do profissional, com ou nome completo, CPF, CAU ou CREA e endereço completo;
 - c) Descrição dos serviços realizados (escopo), especificando as características dos projetos desenvolvidos; e
 - d) Assinatura e identificação do emitente (nome completo, cargo ou função, telefone e e-mail para contato).



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

- Na avaliação da experiência da equipe técnica, serão considerados, para fins de pontuação, no máximo três atestados por profissional, sendo desconsiderados os documentos excedentes. Em caso de apresentação de mais de três atestados em um mesmo subitem, o quarto atestado e os demais não serão avaliados.
- Os atestados apresentados para atendimento aos subitens do Quesito 5 deverão ser distintos entre si, não sendo admitida a utilização do mesmo atestado para comprovação simultânea de ambos os subitens.

Nota Importante: Observar atentamente todas as características e detalhes que devem constar nas CATs, apresentados no Anexo E do Termo de Referência contido no Edital, sob pena de perda de validade para esta avaliação.

Quesito 6 – Titulação da Equipe Profissional (nota máxima = 10 pontos, peso 1,0)

Deverão ser Diplomas e Certificados a serem anexados, na íntegra, a esta proposta. Para os cursos de especialização, deverão ser apresentados juntamente com o Certificado, a matriz curricular (conjunto de disciplinas) do curso, e assinalados na Tabela III o tipo de Diploma ou Certificado.

Item	Especialidade Profissional	Tipo de Pós-Graduação			Tipo de Diploma ou Certificado
		Especialização (E)	Mestrado (M)	Doutorado (D)	
6.1	Comprovação, pelo Engenheiro Civil, de pós-graduação na área de gerenciamento de obras de construção civil.	4,0	5,0	6,0	E () M () D ()
6.2	Comprovação, pelo Arquiteto, de pós-graduação na área de paisagismo.	2,0	3,0	4,0	E () M () D ()
Total do Quesito 6 (nota máxima)				10	***

Nota Importante: Observar atentamente todas as características e detalhes que devem constar nos Diplomas e Certificados, apresentados no Anexo E do Termo



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

de Referência contido no Edital, sob pena de perda de validade para esta avaliação.

Nota Importante: *Observar atentamente todas as características e detalhes que deverão ser observados nas respostas, conforme Anexo E do Termo de Referência contido no Edital.*

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

CEP:

Município:

Email:

Telefone:

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome:

Cargo/Função:

Documento de Identificação:

Declaramos total concordância com os termos do Edital relativos aos critérios apresentados para análise da proposta técnica e das demais condições do Edital.

Local, dia de mês de 2026.

(assinatura preferencialmente digital do responsável devidamente credenciado)



Anexo IV – Orientações sobre a retenção de imposto de renda

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



ANEXO V - Termo de Ciência e Notificação

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA



EDITAL - CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

ANEXO VI – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Obras e serviços de engenharia

Licitação (Concorrência)

Processo SEI nº 154.00003016/2026-86

Contrato nº [NN/ANO]-PUSP-B

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU, E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA], OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA DE GERENCIAMENTO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO À FISCALIZAÇÃO DA OBRA DA PRAÇA DE CONVIVÊNCIA E ESPORTES DO CAMPUS DA USP DE BAURU

Ao(s) **DD** dia(s) do mês de **MMM** do ano de **AAAA**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da **PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU**, inscrita no C.N.P.J. sob nº **63.025.530/0088-65**, localizada na **Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisola, nº 9-75, Vila Cidade Nova Universitária, Bauru/SP**, neste ato representada por seu(ua) **[cargo da autoridade competente e nome]**, por delegação de competência, nos termos da [Portaria GR nº 8321/2024](#) e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, CNPJ nº **[CNPJ nº]**, sediada à **[endereço completo]**, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), demais normas aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 90201/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER/MAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. Edital da Licitação - **CONCORRÊNCIA nº 90201/2026 – PUSP-B**

1.3.2. Termo de Referência.

1.3.3. Proposta Comercial datada de **[NN/NN/NNNN]** e planilha de quantitativos e preços unitários.

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de **empreitada por preço global**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **emissão da Ordem de Início dos Serviços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima,



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único, do artigo 111, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constituem partes integrantes deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **60 % (sessenta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.1.1.1. **Engenheiro Civil;**

4.1.2. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:

4.1.2.1. **Arquiteto**

4.1.2.2. **Técnico de Segurança**

4.1.2.3. **Ensaaios, testes e controles tecnológicos em laboratório e em campo.**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

- 4.1.2.4. Os serviços de ensaios, testes e controles tecnológicos mencionados no subitem anterior deverão ser executados por laboratórios especializados, devidamente acreditados ou reconhecidos por organismos oficiais de acreditação, tais como a Coordenação Geral de Acreditação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – CGCRE/INMETRO, ou pertencentes à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaios – RBLE, ou ainda por laboratórios que comprovem capacidade técnica e rastreabilidade metrológica compatível com as normas técnicas aplicáveis.
- 4.1.2.5. Os laboratórios responsáveis pelos ensaios deverão possuir competência técnica comprovada para a realização dos ensaios pertinentes, em conformidade com as normas técnicas vigentes da ABNT, DNIT ou outras normas aplicáveis ao tipo de ensaio realizado.
- 4.1.2.6. A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização da CONTRATANTE, sempre que solicitado, os certificados de acreditação ou documentos comprobatórios da qualificação técnica dos laboratórios utilizados, bem como os respectivos laudos técnicos emitidos pelos responsáveis pelos ensaios.
- 4.1.2.7. Todos os custos relacionados à contratação, realização e emissão de laudos de ensaios, testes e controles tecnológicos necessários ao acompanhamento da obra correrão integralmente por conta da CONTRATADA responsável pelo gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização, não cabendo qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.
- 4.1.2.8. A CONTRATADA deverá planejar, contratar, acompanhar e garantir a execução dos ensaios tecnológicos necessários ao adequado controle da qualidade dos serviços executados na obra, incluindo coleta de amostras, transporte de corpos de prova, realização de ensaios laboratoriais e emissão dos respectivos laudos técnicos.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

- 4.1.2.9. **A eventual necessidade de repetição de ensaios, motivada por falhas de execução, inconsistências nos resultados ou não conformidades identificadas, não implicará em custos adicionais à CONTRATANTE.**
- 4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do **CONTRATADO** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.1.4. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:
- 4.1.4.1. Submissão, pelo **CONTRATADO**, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada.
- 4.1.4.2. Autorização prévia do **CONTRATANTE**, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação.
- 4.1.4.3. Apresentação pelo **CONTRATADO** dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.4.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo **CONTRATANTE**, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo **CONTRATADO**. O **CONTRATADO** poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida no subitem anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo **CONTRATANTE**.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

4.1.4.5. Apresentação pelo **CONTRATADO** de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o **CONTRATADO** e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo.

4.1.4.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao **CONTRATADO**.

4.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação, apurado de acordo com as quantidades e preços indicados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** é de **R\$...... (.....)**.

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão das parcelas do objeto efetivamente entregues pelo **CONTRATADO**, e medidas e recebidas pela administração **CONTRATANTE**.

5.4. Caso o **CONTRATADO** seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da [Portaria GR nº 8249/2023](#).

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada no subitem subsequente.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) - SBC - ORSE - EMOP - SIURB – EMBASA**, data-base: fevereiro/2026, motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.1.3. Notificar o **CONTRATADO** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução da obra ou dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.1.4. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do **CONTRATADO**;
- 8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**, designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.
- 8.1.6. Comunicar ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.7. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, no Termo de Referência.
- 8.1.8. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9.1. A Administração terá o prazo **de 30 (trinta)** dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **90 (noventa)** dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
- 8.1.12. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 8.1.13. Exigir do **CONTRATADO** que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto, quando for o caso:
- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
 - e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 8.1.14. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, no Termo de Referência e em todos os demais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.
- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

- 9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- 9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.
- 9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.
- 9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.

- 9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na licitação.
- 9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#)).
- 9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#)).
- 9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.
- 9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade.
- 9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 9.1.20. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica, quando for o caso, conforme exigido em Termo de Referência.
- 9.1.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.22. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.1.23. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.1.24. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

- 9.1.25. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.1.26. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.1.27. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.1.28. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.1.29. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.1.30. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.1.31. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.1.32. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.1.33. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA.
- 9.1.34. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no Termo de Referência, conforme o caso.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

- 9.1.35. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO.
- 9.1.36. Dar pleno cumprimento ao disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.
- 9.1.37. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na **Resolução nº 307, de 05/07/2002**, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 9.1.37.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
 - 9.1.37.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
 - b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
 - c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados,



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.1.37.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.1.37.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.1.38. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.38.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.1.38.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

- 9.1.39. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 9.1.40. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 9.1.41. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do Termo de Referência.
- 9.1.42. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).
- 9.1.43. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

9.1.43.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das informações constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.1.44. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Para o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, o **CONTRATADO** prestou garantia na modalidade _____, no valor de **R\$** _____, em conformidade com o disposto nos artigos 96 e 98, da Lei federal nº 14.133/2021.

11.2. O valor indicado acima corresponde a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

11.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

11.4. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.4.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.6.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.6.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.7. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.7.1. Caso fortuito ou força maior;

11.7.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

- 11.7.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.
- 11.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.
- 11.9. Caso a garantia oferecida pela CONTRATADA evidencie qualquer impropriedade ou incorreção em seu teor ou origem, ou se for utilizada no pagamento de quaisquer obrigações, incluindo a indenização de terceiros, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, exigir sua regularização ou substituição no prazo máximo e improrrogável de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da referida notificação.
- 11.10. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.10.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.11. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.
- 11.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

- 11.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 11.15. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 11.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

([art. 92, XIV](#))

- 12.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato.
 - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
 - c) dar causa à inexecução total do contrato.
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato.
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
 - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

12.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa, às seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- ii. **Multas**, aplicadas e calculadas nos termos da [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.1. A aplicação das multas será de acordo com o estabelecido na [Resolução USP nº 8548/2023](#):

a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

- I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia.
- II. a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

- b) A multa moratória é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.
- b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:
- I. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
 - II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.
- b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#)), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto.
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – [Resolução USP nº 8548/2023](#)).

12.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na [Portaria GR nº 6723/2016](#).

12.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:

12.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

12.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

12.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).

12.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 134.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
- 13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.5.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
 - 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
 - 13.5.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I. Gestão/Unidade:
 - II. Fonte de Recursos:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.3. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Minuta do Termo de Contrato

- 17.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 19.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

20. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

- 20.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do **CONTRATANTE**

Representante legal do **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1-

2-



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU

Divisão do Espaço Físico

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU

CONCORRÊNCIA Nº 90201/2026 – PUSP-B

Processo SEI nº 154.00003016/2026-86

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
 - 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 365 dias para execução dos serviços + 90 dias para recebimento final dos serviços, perfazendo um total de **455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) dias** corridos, contados do **termo de início dos serviços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.4. É admitida a subcontratação parcial do objeto, exceto o Engenheiro Civil, conforme as regras estabelecidas no contrato até o limite de 60% (sessenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
 - 1.4.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:
 - 1.4.1.1. Engenheiro Civil
 - 1.4.2. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:
 - 1.4.2.1. Arquiteto
 - 1.4.2.2. Técnico de Segurança
 - 1.4.2.3. Ensaaios, testes e controles tecnológicos em laboratório e em campo.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 1.4.2.4. Os serviços de ensaios, testes e controles tecnológicos mencionados no subitem anterior deverão ser executados por laboratórios especializados, devidamente acreditados ou reconhecidos por organismos oficiais de acreditação, tais como a Coordenação Geral de Acreditação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – CGCRE/INMETRO, ou pertencentes à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaios – RBLE, ou ainda por laboratórios que comprovem capacidade técnica e rastreabilidade metrológica compatível com as normas técnicas aplicáveis.

Os laboratórios responsáveis pelos ensaios deverão possuir competência técnica comprovada para a realização dos ensaios pertinentes, em conformidade com as normas técnicas vigentes da ABNT, DNIT ou outras normas aplicáveis ao tipo de ensaio realizado.

A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização da CONTRATANTE, sempre que solicitado, os certificados de acreditação ou documentos comprobatórios da qualificação técnica dos laboratórios utilizados, bem como os respectivos laudos técnicos emitidos pelos responsáveis pelos ensaios.

- 1.4.2.5. Todos os custos relacionados à contratação, realização e emissão de laudos de ensaios, testes e controles tecnológicos necessários ao acompanhamento da obra correrão integralmente por conta da CONTRATADA responsável pelo gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização, não cabendo qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.
- 1.4.2.6. A CONTRATADA deverá planejar, contratar, acompanhar e garantir a execução dos ensaios tecnológicos necessários ao adequado controle da qualidade dos serviços executados na obra, incluindo coleta de amostras, transporte de corpos de prova, realização de ensaios laboratoriais e emissão dos respectivos laudos técnicos.
- 1.4.2.7. A eventual necessidade de repetição de ensaios, motivada por falhas de execução, inconsistências nos resultados ou não conformidades identificadas, não implicará em custos adicionais à CONTRATANTE.
- 1.4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência (Anexo A).
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, conforme consta das informações básicas deste termo de referência e detalhamento a seguir:
- I.** ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000034/2026.
 - II.** Data de publicação no PNCP: 23/06/2025.
 - III.** Id do item no PCA: 936.
 - IV.** Classe/Grupo: 833 – SERVIÇOS DE ENGENHARIA.
 - V.** Identificador da Futura Contratação: 102113-99/2026.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada nos seguintes documentos:

- 3.1.1.** Anexo A – Estudo Técnico Preliminar;
- 3.1.2.** Anexo B – Cronograma Físico Financeiro;
- 3.1.3.** Anexo C – Elementos da Contratação (Memorial Descritivo e Matriz de Risco);
- 3.1.4.** Anexo D – Procedimentos de avaliação e método de cálculo das notas técnica, preço e final;
- 3.1.5.** Anexo E – Critérios de Avaliação das propostas técnicas;
- 3.1.6.** Anexo F – Estimativa de Custo da Fiscalização;
- 3.1.7.** Anexo G – Link do Edital da Obra

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1.** A CONTRATADA deverá adotar, sempre que possível, procedimentos que privilegiem a utilização de meios eletrônicos para a elaboração, tramitação e arquivamento de relatórios técnicos, documentos, medições, comunicações formais e demais registros relacionados à execução contratual, com vistas à redução do consumo de papel e à melhoria da eficiência administrativa.
- 4.1.2.** A CONTRATADA deverá apoiar a fiscalização da CONTRATANTE no acompanhamento do cumprimento das obrigações ambientais aplicáveis à obra principal, incluindo, quando cabível, a verificação do atendimento ao Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, às condicionantes ambientais eventualmente existentes e às demais exigências previstas em licenças, autorizações e normas ambientais pertinentes.
- 4.1.3.** A CONTRATADA deverá fiscalizar a destinação dos resíduos e rejeitos provenientes da obra principal, devendo adotar medidas para minimizar a sua geração e prever a destinação ambientalmente adequada, observando, prioritariamente, a não geração, a redução, a reutilização, o tratamento e a disposição final dos resíduos.
- 4.1.4.** A CONTRATADA deverá, no âmbito de suas atribuições contratuais, apoiar a fiscalização da CONTRATANTE no acompanhamento do uso racional de recursos naturais, tais como água, energia e materiais, conforme previsto nos projetos, especificações técnicas e normas aplicáveis, registrando, em relatórios, eventuais não conformidades identificadas.
- 4.1.5.** A CONTRATADA deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e segurança do trabalho, mantendo sua equipe regularmente constituída, habilitada e em conformidade com as normas aplicáveis, no que se refere às atividades desenvolvidas no âmbito do contrato.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 4.1.6.** A CONTRATADA deverá adotar procedimentos que assegurem a rastreabilidade, a organização e a guarda dos registros técnicos e administrativos produzidos no âmbito da execução contratual, de modo a permitir a adequada fiscalização, a transparência dos atos e o atendimento a eventuais demandas de auditoria e controle.
- 4.1.7.** A CONTRATADA deverá observar, no âmbito da execução contratual, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, integridade e boa governança, abstenendo-se de práticas que possam caracterizar conflito de interesses, favorecimento indevido ou prejuízo à regularidade da execução contratual.

São requisitos da contratação:

- 4.1.8.** Os serviços devem ser realizados “*in loco*” nas dependências do Setor Poliesportivo do Campus da Universidade de São Paulo, em Bauru/SP.
- 4.1.9.** A execução do contrato será mensal, executado de forma presencial.
- 4.1.10.** O Contrato será fiscalizado por servidor a ser designado pela PUSP B, ficando condicionada a apresentação de relatório de atividades executadas, a qual será requisito a ser anexado à Nota Fiscal emitida mensalmente.
- 4.1.11.** A Contratada terá como atribuições atividades relacionadas ao gerenciamento da obra e assessoria técnica à fiscalização administrativa para acompanhamento, supervisão e gerenciamento dos projetos executivos de forma a verificar a obediência ao estabelecido para a execução da obra/reforma e em observância às normas técnicas e aos preceitos legais correlacionados.
- A atuação da CONTRATADA no gerenciamento da obra não substitui as responsabilidades técnicas e contratuais da empresa executora da obra, cabendo à CONTRATADA planejar, coordenar e acompanhar os mecanismos de controle de qualidade e controle tecnológico previstos para o empreendimento, sem prejuízo das obrigações da construtora quanto à execução correta dos serviços.
- 4.1.12.** A Contratada terá, ainda, que auxiliar a fiscalização desta Unidade (PUSP B), quanto ao recebimento e análise do planejamento dos serviços a ser elaborado pela Contratada Executora da obra/reforma, a partir da compatibilização e controle das interfaces, abrangendo todas as atividades envolvidas, com número suficiente de elementos, de modo que se possa determinar o prazo de execução ideal para cada atividade.

A Contratada deverá:

- 4.1.13.** Verificar se os serviços e os percentuais previstos no cronograma físico-financeiro do contrato de execução da obra/reforma estão sendo efetivamente executados dentro dos prazos estabelecidos;
- 4.1.14.** Analisar o andamento dos trabalhos e apontar alternativas e soluções para garantir sua eficácia;
- 4.1.15.** Auxiliar nas inspeções da qualidade dos materiais empregados e serviços executados em conformidade com as especificações técnicas definidas pelo projeto e pelas normas e legislações pertinentes;
- 4.1.16.** Elaborar e fornecer Relatórios Técnicos que demonstrem as verificações citadas nos subitens anteriores. Estes relatórios deverão ter robustez técnica suficiente para subsidiar o atesto da fatura emitida pela Executora da obra referente a cada etapa;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 4.1.17.**Elaborar, ao final da execução dos serviços pela Construtora, relatórios para subsidiar os recebimentos provisório e o definitivo;
- 4.1.18.**Controlar a produção e o desempenho, através de visitas in loco, com produção de relatórios fotográficos e de relatório de andamentos das obras, conferir o diário de obras, planejar as projeções dos serviços a serem desenvolvidos, controlar as tarefas críticas e reavaliar os prazos das atividades;
- 4.1.19.**Verificar a qualificação e suficiência dos recursos de mão de obra, materiais e equipamentos utilizados, recomendando a adoção de reforço, quando necessário;
- 4.1.20.**Acompanhar toda e qualquer proposta de modificação a ser introduzida nos projetos, analisando a motivação, e informando à Fiscalização da PUSP-B os impactos nos prazos e recursos;
- 4.1.21.**Atuar preventivamente quanto a eventuais problemas que possam vir a ocorrer, alertando com a antecedência necessária, mencionando os procedimentos a serem tomados para evitar possíveis falhas, problemas com qualidade, atrasos, acréscimos e custos, entre outros;
- 4.1.22.**Analisar e emitir pareceres das justificativas de Aditivos de prazos e/ou de valores.

Garantia da contratação

- 4.2.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação).
- 4.3.** No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o licitante deverá informar uma das seguintes modalidades de garantia que irá prestar:
- I. Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do **CONTRATANTE** no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.
 - II. Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
 - III. Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
 - IV. Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o licitante vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.

- V. Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

- 4.4.** O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.5.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **7:30 horas às 11:30 horas**.

Para o agendamento de vistorias, contatar uma dessas pessoas:

- ✓ Eng. Nilton José Saggioro, e-mail: saggioro@usp.br, no telefone: (14) 3226-6290;
- ✓ Eng. Jorge Marcos Moretto Silveira Franco, e-mail: jmfranco@usp.br, no telefone: (14) 3235-8208;
- ✓ Eng.^a Simone Berriel Joaquim Simonelli, e-mail: simonebj@usp.br, no telefone: (14) 3235-8209.

- 4.6.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.7.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.8.** Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.9.** O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1.** Início da execução do objeto: em até 10 (dez) dias corridos da emissão do termo de início dos serviços.
- 5.1.2.** Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 5.1.2.1.** Todas as **Ordem de Serviços (OS)** e **solicitações** serão emitidos e encaminhados preferencialmente por e-mail ou Ofício, não descartando outras possibilidades que venham a ser elencadas pela Fiscalização.
- 5.1.2.2.** O acompanhamento, pela **CONTRATADA**, dos serviços executados pela construtora responsável pela obra principal deverão ser contínuos, com a elaboração de relatórios, conforme disciplinado no Estudo Técnico Preliminar:
- 5.1.2.2.1.** Relatório Diário (RD);
- 5.1.2.2.2.** Relatório Mensal (RM);
- 5.1.2.2.3.** Elaboração de Relatório e de Boletim de Medição (BM); e
- 5.1.2.2.4.** Relatório de Acidente de Trabalho (RAT).
- 5.1.2.3.** Todos os dias a **CONTRATADA** encaminhará o Relatório Diário à Comissão de Fiscalização com relação às atividades desenvolvidas em obra;
- 5.1.2.4.** No **segundo dia útil do mês subsequente** será entregue o Relatório Mensal, contendo fotos, tabelas, gráficos e texto descritivo para a melhor compreensão e acompanhamento da Comissão de Fiscalização com relação às atividades desenvolvidas em obra no mês anterior, acompanhado, também, dos laudos de ensaios e testes realizados no mês anterior ou protocolo de realização e encaminhamento de corpos de prova no caso de prazo posterior para entrega de resultados e laudos;
- 5.1.2.5.** O **Boletim de Medição** será entregue até o **quinto dia útil após o fechamento do período**, contendo memórias de cálculo de quantitativos, relatório de etapas concluídas, apoio técnico aos fiscais da administração para aferição do Instrumento de Medição de Resultados, cálculos de valores a receber, recebimento provisório dos serviços da referida medição, avaliação de tendência de prazos da obra, entre outras informações necessárias para análise de gestão.
- 5.1.2.6.** Em atenção aos princípios da eficácia, da efetividade, da economicidade e da eficiência, bem como com foco na sustentabilidade, todos os relatórios deverão ser encaminhados exclusivamente em formato digital, com diagramação, forma, formato e canal de envio definidos na primeira etapa da execução contratual.
- 5.1.2.7.** O término da execução dos serviços previstos neste termo de referência findará com o **RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA A SER GERENCIADA E FISCALIZADA**, conforme cronograma físico financeiro.
- 5.1.2.8.** O término da execução dos serviços de **GERENCIAMENTO E APOIO À FISCALIZAÇÃO** de obras previstos no Termo de Referência deverá coincidir com a conclusão da obra a ser fiscalizada, conforme estabelecido no cronograma físico-financeiro do projeto. Alternativamente, o término dos serviços de supervisão poderá ocorrer com o encerramento das obrigações da construtora relacionadas à execução da obra.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

5.1.2.9. Qualquer alteração no cronograma que implique a extensão ou antecipação da conclusão da obra deverá ser imediatamente comunicada pela **CONSTRUTORA à GERENCIADORA** e à **CONTRATANTE** para que as atividades de supervisão sejam ajustadas em conformidade, garantindo a continuidade e a eficácia do gerenciamento até o término efetivo das atividades de construção.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: Conforme Anexo B – Cronograma Físico Financeiro;

Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, CEP 17012-901, Bauru, São Paulo.

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário **das 7h00 às 18h00, de segunda-feira à sábado** e excepcionalmente, domingos e feriados.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- 5.3.1.** Reunião inicial – Presencial na Prefeitura do Campus USP de Bauru;
- 5.3.2.** Dúvidas e esclarecimentos via e-mail;
- 5.3.3.** A execução contratual observará, no mínimo, as seguintes rotinas operacionais, sem prejuízo de outras atividades necessárias ao pleno atendimento do objeto:

Acompanhamento técnico da obra:

- 5.3.4.** Acompanhamento diário da execução dos serviços da obra, com presença da equipe técnica da CONTRATADA no local, em regime de dedicação integral, observando a conformidade dos serviços executados com os projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, normas técnicas aplicáveis e cronograma físico-financeiro;
- 5.3.5.** Registro sistemático das atividades executadas, das condições do canteiro de obras, das frentes de serviço, da mão de obra empregada e dos equipamentos utilizados, por meio de Relatórios Diários, contendo registros fotográficos e descrição técnica das ocorrências relevantes;
- 5.3.6.** Identificação, registro e comunicação imediata à fiscalização da CONTRATANTE de eventuais não conformidades técnicas, desvios de projeto, falhas construtivas, riscos à segurança ou ao meio ambiente, bem como acompanhamento das providências adotadas pela construtora para sua correção;
- 5.3.7.** Apoio técnico à fiscalização da CONTRATANTE na verificação da qualidade dos serviços executados, na contratação e acompanhamento dos ensaios tecnológicos e laboratoriais previstos e na análise dos respectivos laudos e resultados.

5.4.7.1. Plano de Controle Tecnológico da Obra

5.4.7.1.1. Considerando que os serviços de ensaios, testes e controle tecnológico não integram o escopo da contratação da empresa executora da obra principal, caberá à



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

CONTRATADA responsável pelo gerenciamento planejar, contratar e acompanhar a realização desses serviços, garantindo a adequada verificação da qualidade dos materiais e serviços executados.

5.4.7.1.2. A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar à fiscalização da CONTRATANTE, no início da execução contratual e previamente ao início das principais frentes de serviço da obra, um Plano de Controle Tecnológico da Obra, contemplando, no mínimo:

- I – identificação das etapas construtivas sujeitas a controle tecnológico;
- II – tipos de ensaios e testes a serem realizados;
- III – normas técnicas aplicáveis (ABNT, DNIT ou equivalentes);
- IV – frequência mínima dos ensaios;
- V – procedimentos de coleta, identificação e rastreabilidade das amostras;
- VI – identificação dos laboratórios responsáveis pela realização dos ensaios;
- VII – prazos previstos para realização dos ensaios e emissão dos laudos técnicos.

5.4.7.1.3. Aprovação do Plano

O Plano de Controle Tecnológico deverá ser submetido à análise e aprovação da fiscalização da CONTRATANTE antes do início das atividades correspondentes, devendo ser atualizado sempre que houver alterações relevantes no cronograma ou nos métodos executivos da obra.

5.4.7.1.4. Acompanhamento dos resultados

Compete à CONTRATADA contratar, a suas expensas, e acompanhar a execução do plano de controle tecnológico, analisar os resultados dos ensaios realizados e comunicar imediatamente à fiscalização da CONTRATANTE quaisquer resultados que indiquem não conformidade dos serviços executados ou que possam comprometer o desempenho, a durabilidade ou a segurança da obra.

5.4.7.1.5. Rastreabilidade dos ensaios tecnológicos

A coleta de amostras e corpos de prova destinados aos ensaios tecnológicos deverá ocorrer com rastreabilidade e identificação adequada, devendo ser acompanhada pela equipe técnica da CONTRATADA ou por profissional por ela designado, de modo a assegurar a confiabilidade dos resultados obtidos.

Rotinas de apoio à fiscalização, medições e gestão do contrato:

- 5.3.8.** Apoio técnico à fiscalização da CONTRATANTE na conferência das medições mensais dos serviços executados, incluindo a verificação dos quantitativos, a compatibilidade com o cronograma físico-financeiro e a análise das memórias de cálculo apresentadas pela construtora;
- 5.3.9.** Elaboração e encaminhamento dos Relatórios Mensais de acompanhamento da obra, contendo análise crítica do andamento físico e financeiro, registros fotográficos, avaliação de prazos, apontamento de riscos e recomendações técnicas, nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 5.3.10.** Elaboração e encaminhamento de Relatórios Mensais referentes ao cumprimento das obrigações contratuais da construtora, inclusive quanto às exigências ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança do trabalho, registrando formalmente eventuais irregularidades identificadas;
- 5.3.11.** Participação em reuniões técnicas, vistorias e inspeções relacionadas à execução da obra, sempre que convocada pela CONTRATANTE, sendo responsável pela elaboração de registros, atas ou relatórios técnicos pertinentes.

Rotinas de controle documental e registros técnicos:

- 5.3.12.** Organização, manutenção e atualização contínua de todos os registros técnicos e administrativos produzidos no âmbito da execução contratual, incluindo relatórios, comunicações formais, registros fotográficos, laudos, ensaios, medições e atas de reunião;
- 5.3.13.** Garantia da rastreabilidade, integridade e fácil acesso às informações e documentos, de modo a permitir a adequada fiscalização, auditoria e controle por parte da CONTRATANTE e dos órgãos competentes;
- 5.3.14.** Encaminhamento dos relatórios e documentos preferencialmente em meio digital, conforme diretrizes estabelecidas pela fiscalização, observando padrões de formatação, periodicidade e canais de envio definidos no início da execução contratual.

Rotinas de comunicação e articulação institucional:

- 5.3.15.** Manutenção de comunicação permanente e tempestiva com a fiscalização e a gestão do contrato da CONTRATANTE, informando prontamente quaisquer ocorrências relevantes que possam impactar o prazo, o custo, a qualidade ou a segurança da obra;
- 5.3.16.** Apoio técnico à CONTRATANTE na interlocução com a construtora, sempre que solicitado, sem prejuízo das atribuições legais do fiscal e do gestor do contrato;
- 5.3.17.** Comunicação imediata à fiscalização da CONTRATANTE sobre situações que demandem decisões administrativas, providências corretivas ou medidas que extrapolem a competência técnica da equipe da CONTRATADA.
- 5.3.18.** A CONTRATADA deverá estruturar e apresentar, no início da execução contratual, um fluxo de comunicação técnica da obra, definindo os canais formais de comunicação entre construtora, gerenciadora e fiscalização da CONTRATANTE, bem como os responsáveis pela emissão e recebimento de comunicações técnicas, relatórios e registros de não conformidades.

Rotinas de encerramento e suporte ao recebimento da obra:

- 5.3.19.** Apoio técnico à fiscalização da CONTRATANTE nas atividades relacionadas ao recebimento provisório e definitivo da obra, incluindo a verificação da conformidade dos serviços executados, da documentação técnica e dos registros finais;
- 5.3.20.** Acompanhamento da consolidação da documentação final da obra, tais como relatórios conclusivos, registros “as built”, laudos, certificados e demais documentos exigidos contratualmente;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 5.3.21.** Elaboração de relatório final de acompanhamento do contrato, contendo síntese das atividades desenvolvidas, avaliação do desempenho da execução da obra e registro das principais ocorrências verificadas ao longo da execução.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.4.** Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, incluindo:

5.4.1. Equipamentos de informática e comunicação:

- 5.5.1.1. Computadores portáteis ou equipamentos equivalentes, em número suficiente para atender à equipe técnica alocada, dotados de softwares compatíveis com a elaboração de relatórios, planilhas, registros fotográficos e demais documentos técnicos;
- 5.5.1.2. Acesso à internet e meios de comunicação móvel (telefone celular ou equivalente), destinados à comunicação com a fiscalização, a gestão do contrato e a construtora.

5.4.2. Equipamentos e instrumentos de apoio ao acompanhamento da obra:

- 5.5.2.1. Equipamentos para registro fotográfico e audiovisual (câmera fotográfica ou dispositivo equivalente), destinados à documentação das atividades, frentes de serviço, não conformidades e etapas relevantes da execução da obra;
- 5.5.2.2. Instrumentos básicos de medição e verificação, compatíveis com as atividades de acompanhamento técnico, tais como trenas, níveis, réguas, prumos ou equivalentes, quando necessários ao apoio à fiscalização.

5.4.3. Materiais de segurança e uso pessoal:

- 5.5.3.1. Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados às atividades desenvolvidas no canteiro de obras, em conformidade com as normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis;
- 5.5.3.2. Vestimentas, calçados e acessórios necessários à permanência segura da equipe técnica no local da obra.

5.4.4. Materiais administrativos e de apoio técnico:

- 5.5.4.1. Materiais de escritório e insumos necessários à organização, registro e arquivamento das informações técnicas e administrativas relacionadas à execução contratual;
- 5.5.4.1.1. Meios para armazenamento digital e organização dos documentos, relatórios e registros produzidos no âmbito do contrato.
- 5.5.4.1.2. Mobiliário administrativo necessário, tais como mesas, cadeiras, armários, etc.

Obs.: A sala de trabalho (exceto climatização) juntamente com sanitário será fornecido pela Contratante.

5.4.5. Disposições gerais:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 5.5.5.1. Todos os materiais, equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços serão de inteira responsabilidade do CONTRATADO, não cabendo qualquer ônus adicional à CONTRATANTE;
- 5.5.5.2. A disponibilização dos itens previstos neste subitem não caracteriza fornecimento de bens à Administração, destinando-se exclusivamente à execução dos serviços contratados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Características do empreendimento:

- 5.5.1. Obra de construção de praça de esportes, envolvendo serviços de infraestrutura, terraplenagem, drenagem, estruturas, urbanização, instalações e demais serviços correlatos, conforme definido no Projeto Executivo;
- 5.5.2. Empreendimento a ser executado em área pertencente ao campus da Universidade de São Paulo em Bauru, com interferência direta no uso institucional do espaço e necessidade de acompanhamento técnico contínuo;
- 5.5.3. Execução da obra em ambiente institucional, exigindo controle permanente de qualidade, segurança, organização do canteiro e atendimento às normas técnicas e administrativas aplicáveis.

Características do prazo e da forma de execução:

- 5.5.4. Prazo de contratação é estimado em 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) dias, sendo 365 dias de execução da obra + 90 dias (entre recebimento provisório e definitivo), conforme cronograma físico-financeiro, demandando acompanhamento técnico durante todo o período contratual;
- 5.5.5. Necessidade de presença contínua da equipe técnica no local da obra, em regime de dedicação integral e exclusiva para o engenheiro civil e para o técnico de edificações e dedicação parcial para o Arquiteto, para acompanhamento diário dos serviços, registro das atividades e apoio tempestivo à fiscalização da CONTRATANTE;
- 5.5.6. Possibilidade de ajustes no cronograma da obra, exigindo capacidade de resposta técnica imediata e readequação das rotinas de acompanhamento, sem prejuízo da continuidade da fiscalização.

Características do escopo dos serviços contratados:

- 5.5.7. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru, com apoio técnico à fiscalização exercida pela Administração, não se confundindo com a execução dos serviços nem com as atribuições legais do fiscal e do gestor do contrato designados pela Administração;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 5.5.8.** Necessidade de acompanhamento sistemático do cumprimento dos projetos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e obrigações contratuais da construtora, com produção de relatórios técnicos e registros formais;
- 5.5.9.** Demanda por integração permanente entre a equipe da CONTRATADA e a fiscalização da CONTRATANTE, visando assegurar a qualidade da execução, o controle de prazos, a mitigação de riscos e a adequada instrução do processo administrativo.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.6.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.7.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o CONTRATADO devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, por meio de e-mail, para esse fim.

A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do CONTRATADO para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do CONTRATADO para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de gerenciamento, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do CONTRATADO, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.2.** O CONTRATADO designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.3.** O CONTRATADO deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante todo o período do Contrato.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 6.4. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade, com qualificação equivalente ao apresentado durante o processo licitatório.

Fiscalização

- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do serviço de gerenciamento da obra, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.8. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.9. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).
- 6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 6.14.** Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, o CONTRATADO deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.15.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.15.1.** Participará de reuniões de esclarecimento com o preposto do CONTRATADO;
- 6.15.2.** Receberá as dúvidas e responderá em curto prazo, não alterando o prazo de elaboração dos projetos.
- 6.15.3.** Receberá os elementos do Projeto Completo e emitirá relatório de aprovação dentro do prazo estabelecido em cronograma.

Gestor do Contrato

- 6.16.** O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.17.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.18.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.19.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.20.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.21.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da execução do objeto/serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 7.1.1., para fins de glosa.

- 7.2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:
 - 7.2.2. não produzir os resultados acordados,
 - 7.2.3. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.2.4. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
 - 7.3.1. A medição dos serviços será feita por etapas, entregues, conforme cronograma físico financeiro - Anexo B;

Do recebimento

- 7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o **CONTRATADO** apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
 - 7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
 - 7.4.2. O **CONTRATADO** também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (DEZ)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 7.10.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.10.1.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.10.2.** O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.10.3.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.10.4.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.10.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.11.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.12.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **90 (NOVENTA)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.12.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).
- 7.12.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

7.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.12.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

O Contratante exigirá do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto concernente à última e/ou única medição, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.

7.17. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo **não inferior a 28 (vinte e oito) dias**, contados do dia seguinte ao recebimento provisório do serviço, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#) e da [Portaria GR. nº 8249/2023](#).

7.19.1. São condições para a liberação do pagamento:

- a) O recebimento definitivo do objeto.
- b) A entrega da documentação fiscal completa.
- c) A não existência de registro do contratado no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do [Decreto Estadual nº. 53.455/2008](#).

7.20. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.

7.20.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.

7.20.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.

7.21. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

7.22. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

7.23. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

7.24. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

7.27. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta: o prestador de serviço(s) será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Concorrência, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por **PREÇO GLOBAL**.

Críticos de aceitabilidade de preços

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 8.7. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.9. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.10. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.12. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de Engenheiro Civil, de Técnico em Edificações e de Arquiteto** (Certidão de Registro e Quitações vigentes), expedido no Conselho Regional de Engenharia (CREA) e no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) e no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) nos termos das Leis nº 5.194/1966, nº 13.639/2018 e nº 12.378/2010.
- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.**
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.20. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.21. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da [Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples.
- 8.24. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante).
 - 8.24.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - 8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
 - 8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - 8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - 8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 8.26.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.27.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

- 8.28.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.29.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.30.** Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional **CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)** em plena validade.
- 8.30.1.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.31.** Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.31.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.31.1.1.** Serviços de gerenciamento, supervisão, coordenação técnica, fiscalização ou apoio à fiscalização de obras ou empreendimentos de construção civil de área mínima de 5.000 m² (equivalente a 50% do objeto);
- 8.31.1.2.** O quantitativo mínimo exigido corresponde a aproximadamente 50% da dimensão física estimada do empreendimento objeto da contratação, sendo considerado suficiente para comprovar a experiência prévia do licitante em serviços de complexidade técnica e operacional equivalente;
- 8.31.1.3.** A área mínima exigida foi adotada como parâmetro objetivo de dimensionamento do empreendimento, considerando que o objeto da presente contratação envolve o gerenciamento e apoio à fiscalização de obra de urbanização e infraestrutura com múltiplas frentes de serviço, demandando capacidade técnica e operacional compatível com empreendimentos de porte equivalente.
- 8.31.2.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

- 8.31.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 8.31.4.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.31.5.** Não serão considerados, para fins de atendimento desta exigência, atestados referentes exclusivamente à execução de obras, sem comprovação da prestação de serviços de gerenciamento, supervisão ou apoio à fiscalização.
- 8.32.** Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante a apresentação de documento(s) que demonstre(m) dispor a licitante de profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica de execução de obra(s) ou documento correlato, de características e complexidade semelhantes às do objeto da licitação, certificado pela entidade profissional competente, para fins de contratação, nos termos do art. 67, I, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.32.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) demonstrar capacitação técnico-profissional:
- a) **Para o Engenheiro Civil Residente: serviços de construção civil**
 - b) **Para o Arquiteto e Urbanista: serviços de paisagismo**
 - c) **Para o Técnico em Edificações: serviços de construção civil**
 - d) **Os profissionais apontados no item 8.32.1 deverão coincidir com os profissionais apontados no “Quesito 6. Titulação da Equipe Profissional” da Proposta Técnica.**
- 8.32.2.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.
- 8.32.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 8.32.4.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.33.** Relação indicando a qualificação dos membros da equipe técnica que realizará os trabalhos, conforme artigo 67, III, da Lei nº 14.133, de 2021, e declaração formal da sua disponibilidade incluindo no mínimo:
- 8.33.1. Para o Engenheiro Civil: serviços de gerenciamento de obras de construção civil;**
 - 8.33.2. Para o Arquiteto e Urbanista: serviços de gerenciamento de paisagismo;**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

8.33.3. Para o Técnico em Edificações: serviços de supervisão/fiscalização de obras de construção civil.

8.34. Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos itens 8.32 e 8.33 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e sua substituição por profissionais de experiência equivalente e ou superior só será admitida desde que aprovada pela Administração, nos termos do artigo 67, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.35. Para o Engenheiro Civil: A comprovação do vínculo profissional dos itens 8.32 e 8.33 poderá ser feita mediante a apresentação de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho.

8.36. Para o Arquiteto e Técnico em Edificações, A comprovação do vínculo profissional dos itens 8.32 e 8.33 poderá ser feita mediante a apresentação de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, ou ainda, no caso de profissional autônomo, mediante contrato particular entre a licitante e o profissional, pelo qual este se obrigue a realizar os serviços correspondentes e a funcionar como responsável técnico caso a licitante se sagre vencedora do certame.

8.37. Justificativa para os itens 8.35 e 8.36: a inclusão é necessária considerando que estes profissionais foram pontuados no quesito 6: Titulação da Equipe Profissional da Proposta Técnica.

Outras comprovações

8.38. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual.
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando for o caso.

8.39. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.39.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição.
- b) Finalidade do consórcio.
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual.
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados.
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas.
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação.

- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto **CONTRATADO**, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração.
 - h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE** até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.
- 8.39.2.** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.
- 8.39.3.** Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 8.39.4.** A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.
- 8.40.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:
- 8.40.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.
 - 8.40.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
 - 8.40.3.** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.
 - 8.40.4.** Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.
 - 8.40.5.** Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
 - 8.40.6.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador
 - 8.40.7.** Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.
- 8.41.** Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

8.41.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

8.41.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 404.815,39 (quatrocentos e quatro mil, oitocentos e quinze reais e trinta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo – Estimativa de Custo para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

Tabela - Estimativa de Custo

Item	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UN	QTD	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	93567	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	1152	152,21	175.343,62
2	100534	SINAPI	TECNICO DE EDIFICACOES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12	13.870,33	166.443,98
3	90770	SINAPI	ARQUITETO PLENO (HORISTA)	H	80	152,92	12.233,28
5	11105	ORSE	Moldagem de corpos de prova (para todos os elementos de concreto)	un	418	11,75	4.910,95
4	008472	SBC	CONTROLE TECNOLÓGICO - POR ROMPIMENTO DE CORPO DE PROVA (para todos os elementos de concreto)	UN	418	24,32	10.165,76
6	01.001.0129-0	EMOP	"SLUMP TEST"	UN	418	41,88	17.505,84
7	2006005	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - GRANULOMETRIA	ENS.	15	279,43	4.191,49
8	34.01.25	EMBASA	ENSAIO DE COMPACTACAO - PROCTOR NORMAL (NBR - 07182)	UN	3	371,26	1.113,79
9	E200320107	EMBASA	ENSAIO DE UMIDADE NATURAL (SPEED)	UN	40	105,19	4.207,64
10	6933	ORSE	Controle Tecnológico de terraplenagem/Pavimentação COM Transporte, alimentação, alocação de equip. de densidade "in situ", com laboratoristas até 8 hs, até 30 km de segunda à sexta	dia	4	2.174,76	8.699,04
VALOR TOTAL COM BDI = 20%							404.815,39

Data base Fevereiro de 2026



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: Prefeitura do Campus de Bauru;
- II. Fonte de Recursos: Tesouro do Estado;
- III. Programa de Trabalho: [...].
- IV. Elemento de Despesa: 44903999, 44905111
- V. Plano Interno: Contratação 102113-99/2026 - PCA 2026.

Bauru, na data da assinatura digital.

Eng. Nilton José Saggioro
Divisão do Espaço Físico
Prefeitura do Campus de Bauru



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU

Divisão do Espaço Físico

Anexo A – Estudo Técnico Preliminar



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DEMANDA DE COMPRA Nº 22560/2026

Tendo como base o disposto no artigo 18 - § 1º - o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru, com apoio técnico à fiscalização exercida pela Administração decorre da elevada complexidade técnica, operacional e financeira do empreendimento, cujo valor estimado supera R\$ 10,5 milhões e cuja execução envolve múltiplos sistemas construtivos, disciplinas técnicas e frentes de serviço simultâneas. A limitação da capacidade operacional da equipe técnica interna para absorver integralmente as atividades de planejamento, controle, compatibilização e acompanhamento sistemático da execução impõe a necessidade de suporte técnico especializado, de modo a assegurar o adequado controle de prazos, custos, qualidade, conformidade normativa e mitigação de riscos, em atendimento ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e governança das contratações públicas.

II - Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, em todas as suas dimensões, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada em gerenciamento de obras públicas, com equipe técnica multidisciplinar devidamente habilitada, incluindo engenheiro civil responsável técnico, com emissão de ART/RRT, experiência comprovada em empreendimentos de porte e complexidade compatíveis, capacidade técnica para elaboração de relatórios gerenciais e técnicos, controle físico-financeiro, apoio à fiscalização, compatibilização de frentes de serviço, acompanhamento de segurança do trabalho, conferência de medições, registros fotográficos sistemáticos e verificação de conformidade com projetos executivos, normas técnicas da ABNT e legislação aplicável.

a) São requisitos da contratação:

1. Os serviços devem ser realizados "in loco" nas dependências do Setor Poliesportivo da Universidade de São Paulo, em Bauru/SP.
2. A execução do contrato será mensal, executado de forma presencial.
3. O Contrato será gerenciado, acompanhado e fiscalizado por servidor a ser designado pelo PUSP B, ficando condicionada a apresentação de relatório de atividades executadas, a qual será requisito a ser anexado à Nota Fiscal emitida mensalmente.
4. A Contratada terá como atribuições atividades relacionadas à coordenação e assessoria técnica para acompanhamento, supervisão e gerenciamento dos projetos executivos de forma a verificar a obediência ao estabelecido para a execução da obra/reforma e em observância às normas técnicas e aos preceitos legais correlacionados.
5. A Contratada terá, ainda, que:
 - auxiliar a fiscalização administrativa desta Unidade, quanto ao recebimento e análise do planejamento dos serviços a ser elaborado pela Contratada Executora da obra/reforma, a partir da compatibilização e controle das interfaces, abrangendo todas as atividades envolvidas, com número suficiente de elementos, de modo que se possa determinar o prazo de execução ideal para cada atividade.
 - Planejar e monitorar o cronograma físico-financeiro, garantindo a execução dentro dos prazos e limites orçamentários estabelecidos;
 - Assegurar o controle de qualidade dos serviços e materiais empregados, em conformidade com os projetos executivos e as normas técnicas vigentes;
 - Acompanhar e compatibilizar a atuação das empresas contratadas, evitando retrabalhos, interferências e paralisações;
 - Gerir riscos técnicos e administrativos, antecipando e solucionando eventuais problemas durante a execução da obra; Apoiar tecnicamente a fiscalização da contratante, fornecendo relatórios periódicos, medições e registros fotográficos que subsidiem a tomada de decisão e a transparência do processo;
 - Garantir a segurança e o cumprimento das exigências legais, inclusive no tocante à responsabilidade técnica, licenciamento e segurança do trabalho

Dimensionamento mínimo da equipe técnica

A contratação demandará, no mínimo:

- 01 engenheiro civil com responsabilidade técnica;
- 01 técnico em edificações;
- 01 arquiteto/urbanista em regime compatível com o cronograma físico da obra;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU

Divisão do Espaço Físico

com dedicação integral para o engenheiro civil e para o técnico de edificações e dedicação parcial para o arquiteto, adequado à complexidade e ao porte do empreendimento.

Sustentabilidade

A contratação observará:

- priorização de documentação digital e redução do uso de papel;
- apoio ao cumprimento das exigências ambientais da obra;
- monitoramento do gerenciamento de resíduos;
- incentivo ao uso racional de recursos naturais;
- observância das normas trabalhistas e de segurança do trabalho.

No âmbito das atividades de gerenciamento e de apoio técnico à fiscalização da obra, integra o escopo da solução a contratação, pela empresa gerenciadora e às suas despesas, dos ensaios tecnológicos e demais procedimentos de controle tecnológico necessários à verificação da qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados. Caberá à gerenciadora promover a coordenação, o acompanhamento e a análise técnica dos ensaios realizados, assegurando a conformidade com os projetos executivos, especificações técnicas contratuais e normas técnicas vigentes, em especial as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais regulamentações aplicáveis.

Tal diretriz decorre da necessidade de assegurar a conformidade técnica da execução, a rastreabilidade dos resultados, a verificação do atendimento aos padrões de desempenho e a mitigação de riscos construtivos, considerando a complexidade do empreendimento e a multiplicidade de sistemas e disciplinas envolvidos.

Os ensaios e verificações técnicas constituem instrumento de suporte à fiscalização da Administração e ao controle tecnológico da obra, devendo subsidiar a análise de medições, a avaliação da qualidade dos serviços executados e a tomada de decisão técnica ao longo da execução contratual.

III - Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar.

Foram analisadas as alternativas de execução exclusiva pela equipe técnica interna, contratação de profissionais individuais por locação de mão de obra e contratação de empresa especializada em gerenciamento e apoio à fiscalização. A execução exclusivamente interna mostrou-se inviável diante da limitação de recursos humanos especializados e da complexidade do empreendimento. A locação de profissionais individuais não assegura integração técnica, responsabilidade sistêmica e metodologia estruturada de gestão. A contratação de empresa especializada apresenta maior vantajosidade técnica e econômica, por assegurar equipe multidisciplinar integrada, responsabilidade técnica global, metodologia consolidada, maior capacidade de mitigação de riscos e melhor governança da execução contratual, sendo a solução mais adequada ao interesse público.

IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru, durante toda a execução da obra, abrangendo planejamento, controle físico-financeiro, controle da qualidade, compatibilização de frentes de serviço, gestão de riscos, apoio documental, elaboração de relatórios técnicos, conferência de medições, registros fotográficos sistemáticos, acompanhamento de segurança do trabalho e suporte técnico permanente à Administração.

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

1 (um) serviço de contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru pelo prazo estimado de 12 (doze) meses.

As estimativas consideram o acompanhamento integral da obra, abrangendo aproximadamente 10.000 m² de área implantada, incluindo 05 quadras esportivas, Centro de Vivência de 452 m², sistemas de drenagem, instalações elétricas e hidráulicas, subestação, rede de dados, sistemas de monitoramento, paisagismo, recomposição da pista de atletismo e demais serviços complementares, demandando atuação técnica contínua durante todo o período de execução contratual, com emissão de relatórios periódicos, apoio às medições e inspeções técnicas programadas, conforme projetos executivos e ETP da obra principal.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

A estimativa foi definida com base em metodologia paramétrica e composição de custos referenciais do



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

SINAPI e demais tabelas considerando:

- alocação de engenheiro civil e técnico em edificações em dedicação integral;
- arquiteto em regime parcial;
- custos diretos mensais;
- aplicação de BDI compatível com serviços técnicos de engenharia.

O valor estimado da contratação é de aproximadamente R\$ 410.000,00, detalhado em memória de cálculo constante do Termo de Referência.

VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução.

Não se recomenda o parcelamento da contratação, tendo em vista a necessidade de atuação integrada, contínua e sob responsabilidade técnica única, de modo a garantir uniformidade metodológica, coerência técnica, rastreabilidade das informações e mitigação sistêmica de riscos, sendo tecnicamente mais eficiente e economicamente mais vantajosa a contratação por objeto único.

VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes.

A contratação é diretamente interdependente da contratação principal da execução da obra da Praça de Convivência e Esportes, bem como das contratações previamente realizadas para elaboração do projeto executivo, devendo atuar de forma integrada com esses contratos.

IX - Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, observadas as disposições do artigo 16 do Decreto nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru, está alinhada ao Plano de Contratações Anual da Administração, estando diretamente vinculada à execução da obra da Praça de Convivência e Esportes, prevista no planejamento institucional, assegurando compatibilidade com as diretrizes orçamentárias, financeiras e estratégicas da Universidade, nos termos do Decreto Estadual nº 68.185/2023 e das diretrizes internas de planejamento da USP.

X - Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Pretende-se obter maior controle de prazos e custos, redução de riscos de aditivos indevidos, mitigação de retrabalhos, elevação da qualidade técnica da execução, fortalecimento da governança, aumento da transparência dos atos administrativos e otimização do uso dos recursos humanos internos, com melhor aproveitamento da capacidade técnica da Administração.

XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

Deverão ser formalmente designados gestor e fiscais do contrato, promovida capacitação específica em gestão e fiscalização contratual, definidos fluxos de comunicação e validação técnica, disponibilizados os projetos executivos e documentos técnicos à contratada, bem como adequados os sistemas internos para recebimento, análise, controle e arquivamento dos relatórios técnicos.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

Os serviços de gerenciamento não geram impactos ambientais diretos, porém contribuirão para o monitoramento do cumprimento das exigências ambientais da obra, verificação do correto gerenciamento de resíduos, fiscalização das medidas mitigadoras previstas em projeto e incentivo ao uso racional de recursos naturais, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

XIII - Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru, é adequada, necessária e proporcional à complexidade do empreendimento, sendo essencial para assegurar a eficiência administrativa, a qualidade técnica da obra, a mitigação de riscos contratuais e a correta aplicação dos recursos públicos, atendendo plenamente ao interesse público e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 68.185/2023 e às práticas institucionais da Reitoria/SEF da USP.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU

Divisão do Espaço Físico

Anexo B – Cronograma Físico Financeiro

CRONOGRAMA FÍSICO-FIANCEIRO

Obra: GERENCIAMENTO E APOIO À FISCALIZAÇÃO DA PRAÇA DE VIVENCIA E ESPORTES DA PUSP B

Endereço: CAMPUS USP - BAURU -SP

BDI: 20,00%

Valor: R\$ 404.815,39

Item	Descrição	Valor	Peso %	1º Mês		2º Mês		3º Mês	
1	Gerenciamento e	R\$ 404.815,39	100,00%	R\$ 33.734,62	6,66%	R\$ 33.734,62	7,09%	R\$ 33.734,62	7,93%
				4º Mês		5º Mês		6º Mês	
				R\$ 33.734,62	6,94%	R\$ 33.734,62	7,27%	R\$ 33.734,62	8,35%
				7º Mês		8º Mês		9º Mês	
				R\$ 33.734,62	9,26%	R\$ 33.734,62	9,26%	R\$ 33.734,62	11,19%
				10º Mês		11º Mês		12º Mês	
				R\$ 33.734,62	7,53%	R\$ 33.734,62	9,54%	R\$ 33.734,62	8,98%



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU

Divisão do Espaço Físico

Anexo C – Elementos da Contratação (Memorial Descritivo e Matriz de Risco)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CAMPUS DE BAURU

MEMORIAL DESCRITIVO

**SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E
ASSESSORAMENTO TÉCNICO À FISCALIZAÇÃO
DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA
PRAÇA DE VIVÊNCIA E ESPORTES**

FEVEREIRO 2026



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE GERENCIAMENTO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO À FISCALIZAÇÃO

OBRA: PRAÇA DE VIVÊNCIA E ESPORTES – PUSP-B

1. IDENTIFICAÇÃO

Órgão Contratante: Universidade de São Paulo – Prefeitura do Campus USP de Bauru

Unidade: Divisão do Espaço Físico

Empreendimento: Construção da Praça de Vivência e Esportes

Objeto: Serviços técnicos especializados de engenharia para gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização da obra

2. OBJETO

O presente Memorial Descritivo estabelece as diretrizes técnicas, operacionais e administrativas para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia de gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização da obra de construção da Praça de Vivência e Esportes do Campus da Universidade de São Paulo em Bauru.

Os serviços compreendem o acompanhamento técnico, supervisão, controle físico-financeiro, análise de desempenho, apoio às medições e suporte técnico à fiscalização administrativa e técnica da contratante, ao longo de todo o ciclo de execução da obra.

A atuação da contratada terá natureza estritamente técnica e subsidiária, não se confundindo com as competências legais atribuídas à fiscalização e à gestão do contrato pela Administração.

3. FINALIDADE DO DOCUMENTO

Este memorial tem por finalidade descrever detalhadamente os serviços a serem executados pela contratada, bem como os métodos, rotinas, responsabilidades, produtos e resultados esperados, constituindo documento integrante do edital e referência técnica para a execução contratual.

4. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

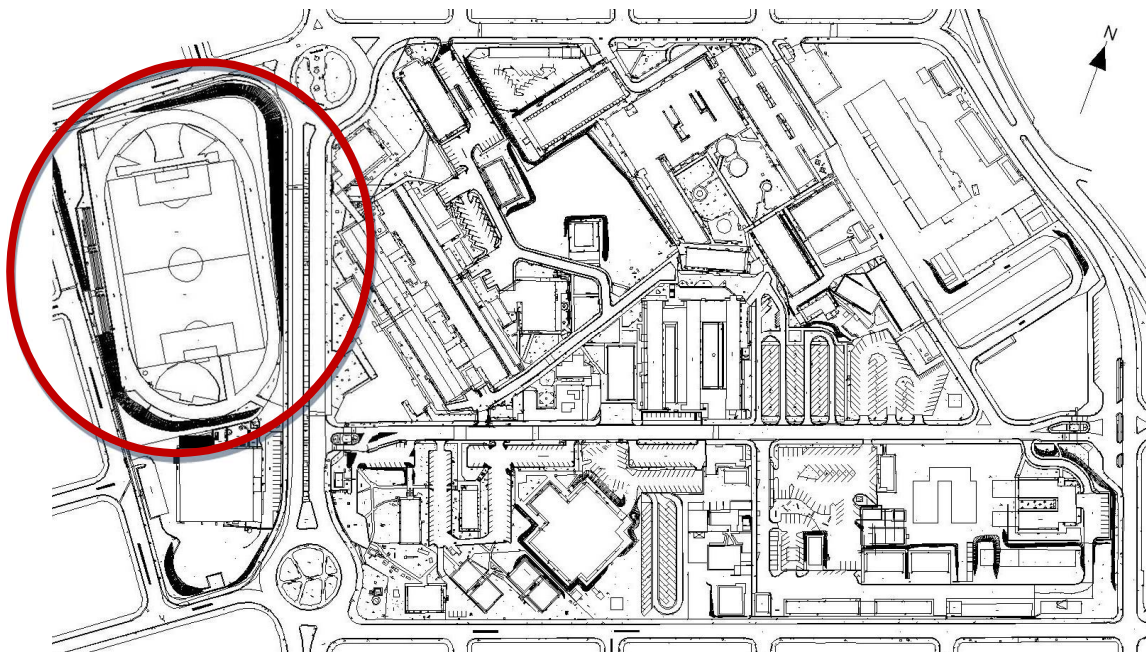
A obra objeto de gerenciamento corresponde à construção de praça de convivência e esportes, compreendendo serviços de infraestrutura, terraplenagem, drenagem, estruturas, urbanização e paisagismo, instalações prediais e complementares e demais serviços correlatos previstos no projeto executivo.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

Trata-se de empreendimento executado em ambiente institucional, exigindo controle técnico permanente, observância às normas de segurança, minimização de interferências operacionais e rigor na qualidade dos serviços.

5. LOCAL DE EXECUÇÃO



Campus da Universidade de São Paulo em Bauru – Setor Poliesportivo.

Endereço: Al. Dr. Octávio Pinheiro Brisola, Quadra 9, Vila Nova Cidade Universitária, Bauru-São Paulo

6. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços de gerenciamento deverão ser executados em compatibilidade e concomitância com o cronograma físico da obra, abrangendo todas as suas fases, desde a emissão da Ordem de Início até o recebimento definitivo do empreendimento.

O prazo total estimado para a prestação dos serviços é de 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) dias corridos.

Esclarece-se que:

- o prazo de execução da obra é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU

Divisão do Espaço Físico

- após o recebimento provisório, permanece a necessidade de atuação da equipe de gerenciamento para acompanhamento de ajustes, consolidação documental, verificação de pendências e apoio aos procedimentos administrativos e técnicos necessários ao recebimento definitivo;
- o encerramento contratual ocorrerá 90 (noventa) dias após o recebimento provisório da obra.

Assim, o prazo global de 455 dias resulta da soma do período de execução da obra (365 dias) com o período subsequente destinado às atividades técnicas e administrativas até a formalização do recebimento definitivo do empreendimento.

7. ESCOPO DOS SERVIÇOS

Compete à contratada realizar o gerenciamento técnico da obra e prestar assessoramento especializado à fiscalização da Administração, compreendendo:

- acompanhamento técnico sistemático da execução da obra,
- verificação da conformidade com projetos e especificações técnicas,
- controle do cronograma físico-financeiro,
- análise da qualidade dos serviços executados,
- apoio técnico às medições,
- avaliação de riscos,
- produção de relatórios e registros técnicos e
- apoio ao recebimento provisório e definitivo.

8. ATIVIDADES TÉCNICAS

A contratada deverá:

- acompanhar a execução da obra,
- analisar o andamento das frentes de trabalho,
- controlar prazos,
- verificar quantitativos executados,
- apoiar a fiscalização nas medições,
- identificar não conformidades,
- contratar, acompanhar e analisar controles tecnológicos, ensaios e testes,
- registrar ocorrências,
- emitir pareceres técnicos e
- apoiar o recebimento da obra.



9. ROTINAS OPERACIONAIS

As rotinas operacionais constituem o conjunto de procedimentos sistemáticos a serem adotados pela contratada para assegurar o acompanhamento técnico contínuo da obra, a integração com a fiscalização da contratante e o controle efetivo das atividades executadas pela construtora. Tais rotinas visam garantir a regularidade da execução, a qualidade dos serviços, a aderência ao cronograma físico-financeiro e a adequada gestão de riscos, permitindo a identificação tempestiva de desvios, não conformidades e necessidades de intervenção técnica.

A execução contratual deverá prever:

- acompanhamento diário da obra,
- presença contínua da equipe técnica,
- reuniões periódicas,
- comunicação formal das ocorrências e
- monitoramento permanente de qualidade, prazos e custos.

10. DOCUMENTOS TÉCNICOS E RELATÓRIOS

A contratada deverá elaborar, de forma sistemática, organizada e tecnicamente fundamentada, os documentos e registros necessários à adequada instrução processual, ao acompanhamento da execução física e financeira da obra e ao suporte à tomada de decisão pela fiscalização da Administração.

Os documentos deverão conter análise crítica, informações consolidadas, registros comprobatórios e evidências técnicas suficientes para subsidiar medições, avaliações de desempenho, eventuais ajustes contratuais e procedimentos de recebimento da obra.

Os relatórios e demais registros deverão observar os prazos estabelecidos no contrato, manter a padronização documental definida pela contratante e garantir rastreabilidade, clareza técnica e coerência com o cronograma físico-financeiro do empreendimento.

Incluem-se, entre os documentos e relatórios a serem apresentados:

- relatórios diários;
- relatórios mensais;
- boletins de medição;
- pareceres técnicos;
- registros fotográficos;
- relatório final de gerenciamento da obra.



11. EQUIPE TÉCNICA

A contratada deverá disponibilizar equipe técnica compatível com a complexidade, porte e características do empreendimento, devidamente habilitada junto aos respectivos conselhos profissionais e com experiência comprovada em obras de natureza similar. A composição da equipe deverá assegurar acompanhamento técnico contínuo, análise crítica permanente da execução e suporte tempestivo à fiscalização da contratante.

Em razão da necessidade de controle diário das frentes de serviço, verificação de conformidade técnica, acompanhamento de medições e gestão de riscos, o Engenheiro Civil responsável técnico e o Técnico em Edificações deverão atuar em regime de dedicação integral (full time), com presença contínua no canteiro de obras durante todo o período de execução contratual.

O Arquiteto e Urbanista deverá atuar conforme demanda técnica do empreendimento, especialmente nas atividades relacionadas a urbanização, paisagismo e compatibilizações, em regime compatível com o cronograma físico da obra.

Equipe técnicas mínima: Engenheiro civil - responsável técnico, técnico em edificações e arquiteto e urbanista.

12. RECURSOS E MATERIAIS

Para a adequada execução dos serviços de gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização, a contratada deverá disponibilizar, sob sua inteira responsabilidade e sem ônus adicional à contratante, todos os recursos materiais, equipamentos e infraestrutura de apoio necessários ao desempenho das atividades previstas em contrato. Tais recursos deverão garantir condições operacionais para acompanhamento contínuo da obra, produção de registros técnicos, comunicação com a fiscalização e organização das informações e documentos do empreendimento.

Os materiais e equipamentos deverão estar em quantidade e condições compatíveis com a dimensão do empreendimento e com a atuação permanente da equipe técnica no canteiro de obras, incluindo infraestrutura mínima de trabalho para permanência no local.

- Equipamentos de informática e comunicação,
- instrumentos de medição,
- equipamentos de registro fotográfico,



- EPIs,
- materiais administrativos necessários à execução dos serviços,
- mobiliário básico de apoio às atividades técnicas, compreendendo mesas e cadeiras para uso da equipe alocada na obra.

13. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Executar os serviços com rigor técnico, observar normas técnicas e de segurança, manter registros atualizados, apoiar tecnicamente a fiscalização, comunicar riscos e garantir rastreabilidade das informações.

13.1. Ensaios, testes e controles tecnológicos em laboratório e em campo

Os serviços de ensaios, testes e controles tecnológicos deverão ser executados por laboratórios especializados, devidamente acreditados ou reconhecidos por organismos oficiais de acreditação, tais como a Coordenação Geral de Acreditação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – CGCRE/INMETRO, ou pertencentes à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaios – RBLE, ou ainda por laboratórios que comprovem capacidade técnica e rastreabilidade metrológica compatível com as normas técnicas aplicáveis.

Os laboratórios responsáveis pelos ensaios deverão possuir competência técnica comprovada para a realização dos ensaios pertinentes, em conformidade com as normas técnicas vigentes da ABNT, DNIT ou outras normas aplicáveis ao tipo de ensaio realizado.

A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização da CONTRATANTE, sempre que solicitado, os certificados de acreditação ou documentos comprobatórios da qualificação técnica dos laboratórios utilizados, bem como os respectivos laudos técnicos emitidos pelos responsáveis pelos ensaios.

Todos os custos relacionados à contratação, realização e emissão de laudos de ensaios, testes e controles tecnológicos necessários ao acompanhamento da obra correrão integralmente por conta da CONTRATADA responsável pelo gerenciamento e assessoramento técnico à fiscalização, não cabendo qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá planejar, contratar, acompanhar e garantir a execução dos ensaios tecnológicos necessários ao adequado controle da qualidade dos serviços executados na obra, incluindo coleta de amostras, transporte de corpos de prova, realização de ensaios laboratoriais e emissão dos respectivos laudos técnicos.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

A eventual necessidade de repetição de ensaios, motivada por falhas de execução, inconsistências nos resultados ou não conformidades identificadas, não implicará em custos adicionais à CONTRATANTE.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. LIMITES DE ATUAÇÃO

A atuação da contratada possui natureza estritamente técnica, consultiva e de assessoramento à fiscalização da Administração, devendo ser exercida de forma complementar e subsidiária às competências legais dos agentes públicos responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato. O desempenho das atividades deverá observar rigorosamente a segregação de funções, os princípios da legalidade e da responsabilidade administrativa, evitando qualquer sobreposição de atribuições ou interferência nas decisões formais da Administração.

Nesse contexto, as manifestações técnicas emitidas pela contratada terão caráter instrutório, destinadas a subsidiar a tomada de decisão pela contratante, não possuindo efeito vinculante nem substituindo atos administrativos próprios da fiscalização e da gestão contratual.

Não compete à contratada:

- emitir ordens à construtora,
- aprovar medições,
- determinar alterações de projeto,
- aplicar sanções administrativas
- substituir atribuições legais da fiscalização e do gestor do contrato.

15. CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

A avaliação do desempenho da contratada será realizada com base na qualidade técnica dos serviços prestados, na regularidade das entregas e na efetividade do suporte fornecido à fiscalização da contratante ao longo da execução da obra. Os critérios adotados têm por finalidade aferir o nível de atendimento às obrigações contratuais, a consistência das análises técnicas apresentadas e a contribuição efetiva do gerenciamento para o cumprimento dos objetivos do empreendimento, especialmente quanto ao controle de prazos, qualidade e conformidade dos serviços executados.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

A aferição do desempenho deverá considerar indicadores objetivos e evidências documentais que demonstrem a execução das atividades previstas, servindo de subsídio para medições, avaliações contratuais e eventuais ajustes de gestão.

São critérios:

- Cumprimento de prazos,
- qualidade técnica dos relatórios,
- comprovação das atividades executadas,
- aderência ao cronograma e
- efetividade do apoio à fiscalização.

16. ENCERRAMENTO

Os serviços serão considerados concluídos com o recebimento definitivo da obra- que ocorrerá 90 (noventa) dias após o Recebimento Provisório - e a entrega da documentação técnica final.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU

Divisão do Espaço Físico

MATRIZ DE RISCOS

PRAÇA DE CONVIVÊNCIA E ESPORTES DO CAMPUS USP DE BAURU

MATRIZ DE RISCO: GERENCIAMENTO DA OBRA

Categoria	Evento / Descrição	Responsável	Medidas Preventivas	Consequência Contratual
Planejamento	Planejamento executivo insuficiente ou inconsistente (cronogramas, curvas físico-financeiras e rotinas de controle).	Gerenciadora	Metodologia estruturada; validação técnica com fiscalização; revisão periódica.	Refazimento sem ônus; advertência; penalidades por desempenho.
Controle físico-financeiro	Falhas na análise de medições, consolidação de dados e indicadores de desempenho.	Gerenciadora	Procedimentos padronizados; rastreabilidade das informações; validação documental.	Glosas; refazimento dos produtos; penalidades contratuais.
Apoio à fiscalização	Suporte técnico insuficiente à fiscalização administrativa da obra.	Gerenciadora	Equipe qualificada; emissão de pareceres técnicos; acompanhamento sistemático das frentes de serviço.	Registro de desempenho; advertência; sanções.
Interface com a execução da obra	Falhas de coordenação técnica entre contratada da obra, fiscalização e Administração.	Gerenciadora	Reuniões técnicas periódicas; controle de pendências; comunicação formal estruturada.	Responsabilização por falhas de coordenação; penalidades.
Gestão de riscos	Não identificação ou comunicação tempestiva de riscos técnicos ou operacionais da obra.	Gerenciadora	Monitoramento contínuo; relatórios de risco; registros formais de ocorrência.	Responsabilização por omissão; sanções contratuais.
Comunicação institucional	Falhas na comunicação formal com a Administração ou com a fiscalização.	Gerenciadora	Protocolos de comunicação; relatórios periódicos; registro documental.	Advertência; glosas; penalidades.
Registros técnicos e governança	Atas, relatórios e registros técnicos incompletos ou inconsistentes.	Gerenciadora	Padronização documental; revisão interna; rastreabilidade das decisões.	Refazimento documental; penalidades.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU

Divisão do Espaço Físico

Prazo	Atrasos decorrentes de falhas de acompanhamento, controle ou coordenação do contrato.	Gerenciadora	Monitoramento do cronograma; planos de ação; comunicação tempestiva.	Registro de desempenho; penalidades.
Prazo (fatores externos)	Atrasos decorrentes de decisões administrativas ou eventos alheios à gerenciadora.	Administração / fatores externos	Planejamento institucional; definição de fluxos decisórios.	Reprogramação das atividades, sem ônus à gerenciadora.
Qualidade da informação técnica	Relatórios e produtos técnicos em desacordo com o escopo contratual.	Gerenciadora	Checklists; revisão técnica; padronização metodológica.	Refazimento sem ônus; glosas; penalidades.
Conformidade contratual	Descumprimento de obrigações formais do contrato de gerenciamento.	Gerenciadora	Gestão contratual ativa; controle de prazos e entregas.	Advertência; multa; possível rescisão.



Anexo D – Procedimentos de avaliação e método de cálculo das notas técnica, preço e final

I) PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

- a) Será selecionada para execução do projeto a proponente que obtiver a maior pontuação geral, respeitados as demais exigências do edital.
- b) A nota final será definida conforme critérios contidos no tópico II deste anexo.
- c) A nota técnica será definida em deliberação conjunta dos membros da banca avaliadora, conforme art. 37 da Lei nº 14.133.
- d) No caso de empate na Nota Final entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior Nota Técnica;
- e) Persistindo o empate, o desempate será feito com base na maior nota obtida nos itens da proposta técnica de acordo com a seguinte ordem:
 - 1º Capacitação de empresa, avaliada através dos Atestados de Obras apresentados;
 - 2º Capacitação da equipe técnica, avaliada através das Certidões de Acervo Técnico apresentadas;
 - 3º Empresa com maior tempo de atuação na área (em dias);
- f) As informações apresentadas pelas licitantes em suas propostas poderão ser objeto de diligências;
- g) A falsidade de informações nas propostas acarretará a desclassificação da empresa, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

II) MÉTODO DE CÁLCULO DAS NOTAS TÉCNICA, PREÇO E FINAL

Os critérios de julgamento serão conforme descritos na Seção III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Na presente licitação será adotado o critério de julgamento baseado na combinação de técnica e preço. A ponderação será feita da seguinte forma:

- Técnica: Peso de 70%
- Preço: Peso de 30%



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

TERMO DE REFERÊNCIA

Avaliação Técnica

A avaliação técnica será realizada de acordo com os critérios apresentados em anexo específico do edital. Cada proposta será analisada e pontuada com base nos critérios ali definidos, resultando na Nota Técnica (NT).

Avaliação de Preço

A avaliação da Nota da proposta de Preço (NP) será feita utilizando o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

Onde:

- NP é a Nota da proposta de Preço da licitante.
- X1 é o menor valor global proposto entre as licitantes classificados.
- X2 é o valor global proposto pela licitante classificado.

Cálculo da Nota Final

A Nota Final (NF) de cada licitante será calculada ponderando-se as notas de técnica e de preço, conforme a fórmula abaixo:

$$NF = (0,7 \times NT) + (0,3 \times NP)$$

Onde:

- NF é a Nota Final da proposta da licitante.
- NT é a Nota Técnica da licitante.
- NP é a Nota da proposta de Preço da licitante.

Este método visa garantir que a escolha do vencedor da licitação leve em consideração tanto a qualidade técnica quanto a competitividade do preço, assegurando a melhor relação custo-benefício para a administração pública.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo E – Critérios de Avaliação das propostas técnicas

Na análise da **Proposta Técnica** serão avaliados os quesitos apresentados a seguir:

Quesito 1 (nota máxima = 10 pontos, peso 1,0) — Compreensão do projeto de construção da Praça de Vivência e Esportes do Campus da USP de Bauru.

Este quesito tem por objetivo avaliar o grau de compreensão da licitante sobre os projetos para construção da Praça de Convivência e Esportes apresentados neste edital, deve-se responder *verdadeiro* ou *falso* às seguintes afirmações:

Item	Afirmação	Verdadeiro	Falso	Pontuação
1.1	A Praça de Convivência e Esportes será construída no Campo de Futebol localizado no Complexo Poliesportivo do Campus USP de Bauru.			1
1.2	A pista de atletismo existente será mantida.			1
1.3	A quadra de vôlei de areia localizada ao lado do campo de futebol será demolida.			1
1.4	A piscina deverá ser implantada no centro da praça.			1
1.5	A praça receberá 05 novas quadras esportivas.			1
1.6	O piso da quadra de tênis será de saibro.			1
1.7	Prazo de execução da obra estimado é de 18 (dezoito) meses			1
1.8	O Centro de Vivência será um espaço aberto e coberto.			1
1.9	O paisagismo não faz parte do escopo contratado.			1
1.10	Obra de construção de praça de esportes, envolve serviços de infraestrutura, terraplenagem, drenagem, estruturas, urbanização, instalações e demais serviços correlatos, conforme definido no Projeto Executivo			1
Total do Quesito 1 (nota máxima)				10

Critério de Avaliação do Quesito 1: Cada resposta assinalada corretamente adicionará um ponto ao total da pontuação do quesito. A pontuação máxima nesses quesitos é 10 (dez) pontos cada, e a mínima 0 (zero) ponto.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

TERMO DE REFERÊNCIA

QUESITO 2 (nota máxima = 10 pontos, peso 1,0) — Compreensão do método de trabalho.

Este quesito tem por objetivo avaliar o grau de compreensão da licitante do objeto da Licitação. A partir da leitura dos documentos “**Elementos da Licitação**”, do cronograma de trabalho e outros documentos do edital, deve-se responder *verdadeiro* ou *falso* às seguintes afirmações:

Item	Afirmação	Verdadeiro	Falso	Pontuação
2.1	O objeto de contratação é de uma empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de gerenciamento da obra da Praça de Convivência e Esportes do Campus da USP de Bauru, com apoio técnico à fiscalização exercida pela Administração, não se confundindo com a execução dos serviços nem com as atribuições legais do fiscal e do gestor do contrato designados pela Administração.			1
2.2	A empresa contratada para o gerenciamento da obra e apoio à Fiscalização poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.			1
2.3	A Reunião inicial (entre a CONTRATADA pelo Gerenciamento e apoio à Fiscalização do Contrato pela Administração Pública CONTRATANTE) – será virtual.			1
2.4	Faz parte das rotinas de apoio à Fiscalização pela CONTRATADA dos serviços de Gerenciamento a elaboração e encaminhamento de Relatórios Mensais referentes ao cumprimento das obrigações contratuais da construtora, inclusive quanto às exigências ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança do trabalho, registrando formalmente eventuais irregularidades identificadas.			1
2.5	Faz parte das Rotinas de controle documental e registros técnicos o encaminhamento dos relatórios e documentos preferencialmente em meio digital, conforme diretrizes estabelecidas pela fiscalização, observando padrões de formatação, periodicidade e canais de envio definidos no início da execução contratual.			1
2.6	Faz parte das rotinas de encerramento e suporte ao recebimento da obra o apoio técnico à fiscalização da CONTRATANTE nas atividades relacionadas ao recebimento provisório e definitivo da obra, incluindo a verificação da conformidade dos serviços executados, da documentação técnica e dos registros finais.			1



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

TERMO DE REFERÊNCIA

2.7	Materiais a serem disponibilizados pela CONTRATANTE (PUSPB) à CONTRATADA: Equipamentos de informática e comunicação: (Computadores, Acesso à internet e meios de comunicação móvel (telefone celular ou equivalente), Equipamentos e instrumentos de apoio ao acompanhamento da obra: (Equipamentos para registro fotográfico e audiovisual, Instrumentos básicos de medição e verificação, tais como trenas, níveis, réguas, prumos ou equivalentes, quando necessários ao apoio à fiscalização. Materiais de segurança e uso pessoal: Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, Vestimentas, calçados e acessórios. Materiais administrativos e de apoio técnico: Materiais de escritório e insumos necessários à organização, registro e arquivamento.			1
2.8	Compete exclusivamente à Administração, por meio de seus agentes públicos formalmente designados: a validação e aprovação de medições, após análise e manifestação da CONTRATADA; a emissão de determinações formais à construtora; a aprovação de soluções técnicas, alterações de projeto e reprogramações, após análise e manifestação da CONTRATADA; a aplicação de glosas, sanções e demais atos administrativos; o recebimento provisório e definitivo dos serviços e da obra.			1
2.9	A CONTRATADA para o Gerenciamento da obra deverá controlar a produção e o desempenho, através de visitas in loco, com produção de relatórios fotográficos e de relatório de andamentos das obras, conferir o diário de obras, planejar as projeções dos serviços a serem desenvolvidos, controlar as tarefas críticas e reavaliar os prazos das atividades			1
2.10	A CONTRATADA deverá manter no canteiro de obras 01 (um) Engenheiro Civil e 01 (um) Arquiteto, em regime de dedicação não exclusiva, e 01 (um) Técnico em Edificações em regime de dedicação integral à obra, durante todo o prazo contratual de 12 (doze) meses.			1
Total do Quesito 2 (nota máxima)				10

Critério De Avaliação do 0: Cada resposta assinalada corretamente adicionará um ponto ao total da pontuação do quesito. A pontuação máxima nesses quesitos é 10 (dez) pontos cada, e a mínima 0 (zero) ponto.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

TERMO DE REFERÊNCIA

QUESITO 3 (nota máxima = 10 pontos, peso 1,0) — Método de coordenação e compatibilização:

Este quesito tem por objetivo avaliar de forma qualitativa a proposta da licitante, conforme Art. 37, inciso II, da Lei 14.133/2021.

A nota técnica da Análise Qualitativa da Proposta será a soma das notas dos itens discriminados na Tabela abaixo e será atribuída por banca designada para esse fim.

<i>Item</i>	<i>Tema Técnico Qualitativo</i>	<i>Descrição</i>	<i>Pontuação</i>
3.1	Estratégia de coordenação técnica e integração entre agentes	Como será estruturado o processo de coordenação entre a equipe da contratada, a construtora executora e a fiscalização da Administração e quais mecanismos serão adotados para garantir alinhamento técnico, fluxo de decisões e rastreabilidade das informações.	2,5
3.2	Metodologia de compatibilização de projetos e controle de interfaces	Quais procedimentos serão utilizados para análise, verificação e compatibilização entre projetos executivos (arquitetura, estruturas, instalações e urbanização e como serão identificados, registrados e tratados conflitos técnicos, interferências e não conformidades.	2,5
3.3	Gestão da comunicação técnica, registros e documentação	Como será estruturado o fluxo de comunicação formal com a fiscalização e demais envolvidos e quais instrumentos serão utilizados para controle documental, relatórios técnicos, registros fotográficos e acompanhamento das decisões.	2,5
3.4	Monitoramento da execução e suporte à fiscalização	Como será realizada a articulação entre compatibilização de projetos, acompanhamento do cronograma físico-financeiro e controle de qualidade da obra e quais métodos serão adotados para apoiar a fiscalização na análise de medições, riscos, alterações de projeto e desempenho da execução.	2,5
Total do Quesito 3 (nota máxima)			10

A licitante deverá descrever, de forma objetiva e técnica, os métodos de trabalho que serão adotados para a coordenação, compatibilização e integração dos projetos e da execução da obra, contemplando a interação com a fiscalização e a gestão contratual.

Deverá ser apresentada em texto técnico com extensão máxima de **2 (duas) páginas em formato A4**.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

TERMO DE REFERÊNCIA

Serão considerados para fins de avaliação exclusivamente os conteúdos compreendidos dentro desse limite. **Qualquer texto, anexo, figura ou informação que ultrapasse as duas páginas estabelecidas será desconsiderado integralmente**, não sendo objeto de análise pela Comissão Avaliadora.

O descumprimento do limite de páginas não implicará desclassificação automática da proposta, porém a avaliação será realizada apenas com base no conteúdo contido nas duas primeiras páginas apresentadas, conforme os critérios definidos para o Quesito 3.

Critério de Avaliação do Quesito 3

A resposta será avaliada com base nos seguintes critérios:

- a) Objetividade e clareza nas proposições;
- b) Coerência entre os diversos itens que compõem a descrição;
- c) Completude da abordagem;

A resposta apresentada pela licitante será avaliada com base nos conceitos abaixo definidos e receberão a pontuação correspondente, conforme segue:

- o Ótimo (10 pontos): a resposta atende completamente o quesito, tendo abordado de forma completa e adequada todos os aspectos relevantes;
- o Bom (8 pontos): a resposta atende o quesito com abordagem adequada dos aspectos relevantes, mas algum aspecto de menor relevância foi abordado inadequadamente ou omitido;
- o Regular (6 pontos): a resposta atende suficientemente o quesito, porém, nem todos os aspectos relevantes foram adequadamente abordados ou foram omitidos;
- o Insuficiente (4 pontos): a resposta não atende o quesito. A maioria dos aspectos relevantes não foram abordados, ou o foram de forma inadequada ou foram omitidos;
- o Ruim (2 pontos): Embora contendo alguma consideração pertinente, a resposta não aborda adequadamente nenhum aspecto relevante, mostrando-se inadequada, inconcludente e/ou incoerente.
- o Péssimo (0 pontos): resposta completamente equivocada ou ausência de resposta.

Obs.: Não serão considerados na avaliação do quesito elementos descritivos que ultrapassem o limite de duas páginas A4.

QUESITO 4 - Experiência Específica da Empresa (nota máxima = 20 pontos, peso 1,5)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Serviços a serem comprovados	Unidade	Mínimo aceitável	Quantidade Apresentada	Pontuação
4.1	Gerenciamento de obra de construção de Praça de Esportes.	m²	5.000 m²	m² < 5.000	0
				5.000 ≤ m² ≤ 10.000	3
				m² ≥ 10.000	6
4.2	Gerenciamento de obra pública de construção civil.	m²	5.000 m²	m² < 5.000	0
				5.000 ≤ m² ≤ 10.000	6
				m² ≥ 10.000	8
4.3	Gerenciamento de obra de construção civil contendo as especialidades de terraplanagem, estruturas de concreto, estruturas metálicas, hidráulica, elétrica, rede de dados, pavimentação, paisagismo.	nº de especialidades	3	nº esp < 3	0
				3 ≤ nº esp ≤ 5	2
				6 ≤ nº esp ≤ 7	4
				nº esp ≥ 8	6
Total do Quesito 4 (nota máxima)					20

Este quesito tem por objetivo avaliar a capacidade e experiência da empresa licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de execução de serviços similares.

A nota técnica da Experiência Específica da Empresa (ou Capacidade Técnica da Licitante), será a soma das notas dos itens discriminados na Tabela abaixo, cujas pontuações serão definidas em função dos atestados apresentados pela Licitante. Os atestados deverão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados por entidade profissional competente através de Certificado(s) de Acervo Técnico – CAT(s).

Os itens acima deverão ser obrigatoriamente comprovados através de único atestado por item de pontuação, não se admitindo o somatório entre atestados para os itens deste quesito. Porém, um mesmo atestado poderá ser utilizado para mais de um item.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

TERMO DE REFERÊNCIA

Quando a certidão ou atestado não for emitido diretamente em nome da Licitante, mas em nome de outro 'Contratado principal', deverão ser apresentados os documentos a seguir:

- Declaração formal do "Contratante principal" confirmando que a Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;
- Autorização da subcontratação pelo "Contratante principal", em que conste o nome da Licitante subcontratada para o qual se está emitindo o atestado;
- Contrato firmado entre o Contratado principal e a Licitante subcontratada, devidamente registrado no CREA.

QUESITO 5 - Experiência da Equipe Profissional (nota máxima = 15 pontos, peso 2,0)

Este quesito tem por objetivo avaliar a capacidade e experiência de cada membro da equipe profissional da licitante, comprovadas por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico de serviços similares na área sob sua responsabilidade, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados por entidade profissional.

A nota técnica da Experiência da Equipe Profissional (ou Capacidade Técnica da Equipe), será a soma das notas dos itens discriminados na Tabela II, cujas pontuações serão definidas em função do número de atestados apresentados pela Licitante para cada membro de sua equipe técnica.

Item	Especialidade Profissional	Pontuação por n. de CAT		
		1	2	3
5.1	Comprovação, pelo Engenheiro Civil indicado <i>para o Serviço de Gerenciamento da obra</i> , de experiência em gerenciamento de obras de construção civil.	2	3	4
5.2	Comprovação, pelo Engenheiro Civil indicado <i>para o Serviço de Gerenciamento da obra</i> , de experiência em gerenciamento de obras públicas de construção civil	3	4	5
5.3	Comprovação, pelo Técnico em Edificações indicado <i>para o Serviço de Gerenciamento da obra</i> , de experiência em acompanhamento/fiscalização de obras de construção civil.	1	2	3
5.4	Comprovação, pelo Arquiteto indicado, de experiência na execução de paisagismo.	1	2	3
Pontuação Máxima no Quesito 5:		15 pontos		



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

TERMO DE REFERÊNCIA

- A. Cada *Atestado de Execução dos Serviços* submetido à avaliação da licitante deverá apresentar a respectiva *Certidão de Acervo Técnico* registrada no órgão de classe, e deverá conter as seguintes informações:
- a) Identificação da contratante, com razão social ou nome completo, CNPJ e endereço completo;
 - b) Identificação do profissional, com ou nome completo, CPF, CAU ou CREA e endereço completo;
 - c) Descrição dos serviços realizados (escopo), especificando as características dos projetos desenvolvidos; e
 - d) Assinatura e identificação do emitente (nome completo, cargo ou função, telefone e e-mail para contato).
- B. Em atenção à Súmula nº 22¹ do TCESP, os atestados apresentados para comprovação das exigências de qualificação técnica não serão pontuados na fase de julgamento das Propostas Técnica.
- C. Na avaliação da experiência da equipe técnica, serão considerados, para fins de pontuação, no máximo três atestados por profissional, desprezando-se os documentos excedentes.
- D. Os atestados apresentados para atendimento aos subitens 5.1 e 5.2 do Quesito 5 deverão ser distintos entre si, não sendo admitida a utilização do mesmo atestado para comprovação simultânea de ambos os subitens.

QUESITO 6 - Titulação da Equipe Profissional (nota máxima = 10 pontos, peso 1,0)

Este quesito tem por objetivo avaliar a titulação (formação profissional diferenciada) dos membros da equipe profissional da licitante, comprovada por meio da apresentação de Diplomas ou Certificados de Conclusão em cursos de pós-graduação *strictu sensu* e *latu sensu*, sendo este último com carga horária igual ou superior a 360 h. Para os cursos de especialização, deverão ser apresentados juntamente com o Certificado, a matriz curricular (conjunto de disciplinas) do curso.

Somente a pós-graduação de maior pontuação será considerada para cada profissional. A nota técnica da Titulação da Equipe Profissional, será a soma das notas dos itens discriminados na Tabela III, cujas pontuações serão definidas em função dos Diplomas ou Certificados apresentados pela Licitante para cada membro de sua equipe técnica.

¹ TCESP - Súmula nº 22 do TCESP - Em licitações do tipo "técnica e preço", é vedada a pontuação de atestados que comprovem experiência anterior, utilizados para fins de habilitação.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Especialidade Profissional	Tipo de Pós-Graduação		
		Especiali-zação (E)	Mestrado (M)	Doutorado (D)
6.1	Comprovação, pelo Engenheiro Civil, de pós-graduação na área de gerenciamento de obras de construção civil.	4	5	6
6.2	Comprovação, pelo Arquiteto, de pós-graduação na área de paisagismo.	2	3	4
Total do Quesito 6 (nota máxima)				10

APURAÇÃO DA NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA

A Nota da Proposta Técnica será a média ponderada da pontuação obtida em cada quesito (nQi - Nota do Quesito “i”), observados os pesos (pQi - Peso do Quesito “i”) fixados nos 0 a **Erro! Fonte de referência não encontrada.** acima, conforme a seguinte fórmula:

$$NT = \frac{\sum_{i=1}^6 pQi \cdot nQi}{\sum_{i=1}^6 pQi}$$



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU
Divisão do Espaço Físico

TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo F – Estimativa de Custo da Fiscalização

Item	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UN	QTD	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	93567	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	1152	152,21	175.343,62
2	100534	SINAPI	TECNICO DE EDIFICACOES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	12	13.870,33	166.443,98
3	90770	SINAPI	ARQUITETO PLENO (HORISTA)	H	80	152,92	12.233,28
5	11105	ORSE	Moldagem de corpos de prova (para todos os elementos de concreto)	un	418	11,75	4.910,95
4	008472	SBC	CONTROLE TECNOLÓGICO - POR ROMPIMENTO DE CORPO DE PROVA (para todos os elementos de concreto)	UN	418	24,32	10.165,76
6	01.001.0129-0	EMOP	"SLUMP TEST"	UN	418	41,88	17.505,84
7	2006005	SIURB INFRA	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - GRANULOMETRIA	ENS.	15	279,43	4.191,49
8	34.01.25	EMBASA	ENSAIO DE COMPACTACAO - PROCTOR NORMAL (NBR - 07182)	UN	3	371,26	1.113,79
9	E200320107	EMBASA	ENSAIO DE UMIDADE NATURAL (SPEED)	UN	40	105,19	4.207,64
10	6933	ORSE	Controle Tecnológico de terraplenagem/Pavimentação COM Transporte, alimentação, alocação de equip. de densidade "in situ", com laboratoristas até 8 hs, até 30 km de segunda à sexta	dia	4	2.174,76	8.699,04
VALOR TOTAL COM BDI = 20 %							404.815,39

Data-base: fevereiro de 2026



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU

Divisão do Espaço Físico

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO G – LINK DO EDITAL DA OBRA

Link Google Drive (Edital Completo da Obra):

https://drive.google.com/file/d/19NdCjePvsFAavGENRcwWPW5vwd2EFJJ/view?usp=drive_link

Link Google Drive (Material Técnico Completo a Obra):

<https://drive.google.com/drive/folders/1goeG66mjS-zN14VA8Ya0WwFx1uG3BPQp?usp=sharing>

Dúvidas: consultar através do e-mail: materiais13@usp.br



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código 3FLP-RH24-68B1-AFGM no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/3FLP-RH24-68B1-AFGM>

Nilton José Saggioro

Nº USP: 5770371

Data: 08/05/2026 15:56

Perfil assinante:: Área Técnica

Karin Hermana Neppelenbroek

Nº USP: 6548691

Data: 08/05/2026 15:00

Perfil assinante:: Prefeita